

PÁGINAS **DE** **POLÍTICAS**

EDIR AUGUSTO DIAS

Edir Augusto Dias

**PÁGINAS
DE
POLÍTICA**

1ª edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua - PA
2021

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel - Universidade Federal do Pará, Brasil José

Antônio Herrera - Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros - Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto - Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum - Universidade Federal do Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane - Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa - Universidade do Minho, Portugal

Ofelia Pérez Montero - Universidad de Oriente- Santiago de Cuba, Cuba

Editora chefe: Viviane Corrêa Santos - Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e webdesigner: Walter Luiz Jardim Rodrigues - Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deividy Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

© 2020 por Edir Augusto Dias
Todos os direitos reservados.

1ª edição

Editoração eletrônica/ diagramação: Deivid Edson

Organização e preparação de originais: Walter Rodrigues

Projeto de capa: Walter Rodrigues

Bibliotecário: Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D541p	Dias, Edir Augusto
	Páginas de política [recurso eletrônico] / Edir Augusto Dias. - Ananindeua : Itacaiúnas, 2021. 71 p. : il. ; PDF ; 1 MB.
	Inclui índice e bibliografia. ISBN: 978-65-88347-82-9 (Ebook) DOI: 10.36599/itac-ed1.087
	1. Política. I. Título.
2021-696	CDD 320 CDU 32

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Política 320
2. Política 32

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica e gramatical, bem como os dados apresentados, é de responsabilidade de seus participantes, detentores dos Direitos Autorais.

Esta obra foi publicada pela Editora Itacaiúnas em fevereiro de 2021.

A política é uma experimentação ativa.
G. Deleuze e F. Guattari

A política é arte ou a ciência de pensar a mudança.
M. Santos

*Aos amigos e amigas
com os quais compartilho sonhos e lutas.*

INTRODUÇÃO	8
EIXOS PARA UMA POSIÇÃO POLÍTICA.....	10
ELEIÇÕES: COMPETÊNCIA E COMPETIÇÃO	17
GOVERNO DO MUNICÍPIO	23
POLÍTICA, POLÍTICOS E ELEIÇÕES.....	29
POLITIZAÇÃO SOCIAL	35
A PEDAGOGIA DA POLÍTICA ELEITORAL.....	41
PRÁTICAS ELEITORAIS E PEDAGOGIA POLÍTICA	48
PROTAGONISMO POLÍTICO.....	50
O GOVERNO DA SOCIEDADE	54
A DIGNIDADE DA POLÍTICA	58
DA POLÍTICA PRAGMÁTICA À POLÍTICA PROGRAMÁTICA.....	61
O SUJEITO POLÍTICO: CONFRONTOS E NEGOCIAÇÕES	64
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

A política é o tema dos textos aqui reunidos. Não se trata apenas da busca de definições ou de um exercício de análise. A política é abordada em seus aspectos mais concretos, apesar de muitas vezes recorrer à categorias e elaborações teóricas. Foram textos escritos e, originalmente, pensados a partir de debates sobre a política e de experiências relacionadas à “militância” e vivência política; bem como tendo por base de leituras de textos que instigam a reflexão em termos do repensar as questões políticas de nossas sociedades e de nossa época. Não apresentam, portanto, um esforço exaustivo ou sistemático de abordagem da complexidade das questões políticas, mas tão somente constituem um esforço continuado e situado de reflexão sobre questões concretas que se apresentam nos debates e embates cotidianos, partidários e acadêmicos sobre as relações e as práticas políticas mais variadas.

A política aqui, portanto, tem um forte componente intersubjetivo, ou seja, apresenta-se antes de tudo na constituição de sujeitos imersos em relações sociais e de poder e que, de algum modo, são compelidos ou seguem um impulso de posicionamento diante das disputas, dos embates e dos conflitos que envolvem as decisões políticas. Nesse sentido, atravessa esses textos uma preocupação com o estabelecimento de uma posição política, ou uma posição no campo político, ao mesmo tempo crítica e estratégica, como protagonista político – e não se refere à política como simples objeto de estudo, prática partidário-eleitoral ou governo instituído. Por isso, a busca de uma conceituação e de uma prática política que supere as ideias mais estreitas, estereis e redutoras da política – como aquela que a reduz ao instituído (as eleições, administração pública) ou a toma como uma atividade pejorativa, negativa ou indigna.

Portanto, além desses esforços de ampliar e aprofundar o campo da ação ou do agir político, tratamos das questões relacionadas às práticas políticas eleitorais, ao governo, à politização da sociedade ou socialização da política, à

pedagogia política, aos partidos e movimentos sociais etc. Em cada um desses eixos temáticos busco caminhos ou respostas, ainda que provisórias e precárias, para encontrar formas alternativas de pensar as questões das alternativas políticas, das mudanças sociais, dos projetos políticos, da emancipação social e das escalas de exercício do poder ou do governo (em um sentido amplo), como também das resistências, da ação política crítica e criativa, emancipatória e libertária.

Sei que, nesse sentido, há uma grande ambição nesses textos, o que talvez não os tenha livrado de algum simplismo, reducionismo ou superficialidade. Mas, concebo-os como uma forma de exercício de reflexão, de participação e intervenção nos debates, e não como uma reflexão acabada e norteadora. Trata-se muito mais de construir novos discursos políticos através da inserção num campo de diálogo ou por meio de diálogos, como forma também de construir outros projetos políticos coletivos, pois, considero que projetos políticos de transformação e emancipação social se constroem, indissociavelmente, com discursos e ações. É ingenuidade acreditar que o agir político precede, preside ou prescinde de discursos políticos. Todos os que têm se dedicado a pensar a política consideram ação e discursos co-constitutivos, inseparáveis, senão nem teria sentido seus esforços em repensar a política.



EIXOS PARA UMA POSIÇÃO POLÍTICA

Para pensarmos as possibilidades de uma posição política municipal (local), de acordo com as condições de construção de alternativas (às alternativas que estão postas, que nos são dadas) orientadas para a construção de um Projeto Político, podemos explorar esses dois eixos: 1. A cultura política partidária e eleitoral e 2. A política como movimento social.

1. A cultura política partidária e eleitoral

Não podemos considerar a *política eleitoral e eleitoreira* como um centro privilegiado da prática política de transformação social, ou seja, o agir político, a política em um sentido mais amplo e complexo, tem que ser pensado e praticado para além do campo restrito da política eleitoral. A política é uma prática cotidiana; nas práticas cotidianas se exerce o poder, o qual toma as mais variadas formas de dominação, de resistência e de emancipação.

Se uma ação política emancipatória e transformadora não pode privilegiar a política eleitoral, também não pode desprezá-la e nem a menosprezar como “um meio” e “instrumento” importante dessa transformação e emancipação social visadas. É necessário repensá-la e lutar para redefini-la, em outras bases, e principalmente superá-la. Ou seja, é preciso saber qual pode ser seu “papel” (o que implica reconhecer sua função estratégica) e quais são suas limitações, nesse sentido político mais amplo que estamos adotando aqui. O que torna necessário uma análise crítica da *política eleitoral* e uma ação *política propositiva*, que aponte alternativas práticas e programáticas – através de um programa (ou vários) de mudanças efetivas, concretas, substanciais nas práticas que envolvem a “política eleitoral”.



A política eleitoral, a nível municipal, guarda traços em comum ou expressa como ocorre e se estrutura a política eleitoral a nível nacional. Porém, reveste-se de algumas particularidades, históricas e culturais. A política eleitoral tem um desenrolar histórico nas últimas décadas de redemocratização política no Brasil e conforma uma “cultura política” nos Municípios, ou seja, o processo de constituição da *história política eleitoral* é inseparável da conformação de uma *cultura política eleitoral* – conjunto de concepções, práticas, procedimentos, normas, costumes etc. políticos relacionados às eleições e atuações partidárias e institucionais.

Essa cultura política eleitoral é que define, organiza e reproduz tanto as práticas correntes, mais comuns e legitimadas (ainda que muitas não sejam normatizadas, reguladas por leis) como as relações entre, de um lado, os eleitores e os candidatos, e de outro os eleitores/cidadãos e os “governantes” eleitos através do voto, lembrando que no Brasil o cidadão é identificado ou confundido com o eleitor/consumidor ou usuário¹.

Assim, temos três tipos de votos ou de eleitores (“conscientes” ou não), ou melhor, três modos de “escolha” de candidatos para cargos públicos eletivos de vereador e prefeito: o voto de favor, o voto de venda (“comprado”, trocado) e o voto de preferência (simpatia individual) e opinião, os quais se confundem geralmente nas “escolhas” individuais. Poderia acrescentar um quarto: o voto “ideológico-partidário”, mas este é uma rara exceção, e está em dependência ou não contradiz as práticas dominantes: é geralmente voto de conveniência e não de convicção. O que não quer dizer que votos baseados em ideais políticos ou concepções políticas fortemente constituídas sejam tipos “ideais” de votos ou votos mais “conscientes”.

A política eleitoral se dá na base desses votos, ou seja, desse *perfil do eleitorado*, não sem contradições e ambiguidades. No entanto, tem-se observado uma tendência a *complexificação* da relação eleitor-candidato, uma tendência ainda

¹ SANTOS, 1987.

em germe, relacionada à maior circulação de informação, ao aumento do grau de escolaridade, instrução e alfabetização, e a *politização das lutas sociais* ou ampliação do campo político na sociedade, através dos movimentos sociais. O que tem levado os políticos adotarem novas estratégias de conquista do eleitorado (por meio do marketing, da propaganda política ostensiva e outras formas mais sutis de convencimento, sedução, coação e cooptação).

Apesar, também, de algumas mudanças nas correlações de forças, com a emergência de grupos sociais populares organizados e uma maior politização social, o campo de alternativas em termos eleitorais não tem se modificado muito nas eleições municipais. Mas, precisamos fazer o seguinte questionamento: *quais as possibilidades e condições concretas para uma mudança de rumo e de natureza no padrão da política eleitoral a nível municipal?* Considero que sejam hoje mínimas, quando partidos e grupos *progressistas* ditos de “esquerda” e lideranças sociais, através de alianças com a “direita” (os representantes das oligarquias municipais), perderam ou enfraqueceram sua credibilidade, sua legitimidade e bases sociais de sustentação. São mínimas e frágeis, o que não quer dizer que não existam ou que não são possíveis.

Quando falo em “alternativas” não me refiro tão somente a candidatos (“novos?”), mas principalmente a um novo/outro *Modelo de Governo* (democrático, participativo, popular) e a um novo/outro *Projeto Político Municipal* de transformação e emancipação popular (não apenas partidário), orientado para mudanças sociais estruturais, de longo fôlego e longo prazo; mudança de futuro, através de “políticas” públicas de direito – e não para um público – que possam ser integradas, ter continuidade, progressão ou reversibilidade, que possam ser constantemente revistas e redefinidas. Essas alternativas são as fundamentais e demandam mais que “bons” candidatos, porém, antes disso, uma nova prática política, uma mais ampla *pedagogia política*, uma nova forma de conceber e fazer política, com uma “participação popular efetiva e qualificada”.



Os chamados partidos de “base popular” têm falhado lamentavelmente, melhor dizendo, descuidado na construção dessas condições de alternativas viáveis, em seu papel na “pedagogia política da sociedade”; tornaram-se aprisionados (subordinados) quase totalmente à lógica e órbita (temporal, normativa, pragmática) da política eleitoral dominante. Acabam por fazer concessões absurdas, ao entrar no jogo determinado pelas forças dominantes. Daí seus *programas de governo* e seus *programas eleitorais* – o que não é a mesma coisa – não diferirem muito, em quase nada, dos defendidos, postos em cena pelos partidos e partidários das oligarquias locais e seus representantes.

Comparem as formas de fazer a campanha política e os discursos expressos em seus programas e verão quanto pouco se distinguem. Mas, há ainda uma distinção, essencial, que não é a intenção; uma distinção, que uns denominam “ideológica”, e eu diria “ético-política” – que se esmaece também atacada pela corrupção, por causa das ações e atitudes de algumas lideranças populares ou partidárias quando assumem cargos públicos. As diferenças, contudo, se mantêm e é necessário levá-las em conta nesse caso, mas na prática não bastam para as mudanças, como temos visto. Noutras palavras, importa levar em conta essas diferenças partidárias (ideológicas e ético-políticas), porque os rumos de algumas mudanças, no campo institucional da política, dependem das concepções políticas, dos fundamentos filosóficos, de sociedade e de futuro que temos. Depende, em suma, das diferenças e dos interesses sociais de classe, raça, gênero e lugar a que estamos vinculados.

O que está em jogo, na política local, são os sentidos e destinos do Município. É óbvio que alguns indivíduos e grupos – não sem ambiguidades e contradições – lutam pela conservação da situação atual ou sua reprodução, ainda que defendam mudanças (reformas) parciais e superficiais (cosméticas), e outros visam ou podem – sem que isso seja garantido – dar maior ensejo para a transformação das condições sociais vigentes e a emancipação social, em direção a



uma ordem social mais igualitária, justa e democrática – estas palavras têm peso e sentido diversos, dependendo de quem, de onde as pronuncia e em que contexto.

Os conservadores de toda espécie e estirpe, coloração ou matiz ideológica, podem maquiar seus discursos e posturas como quiserem – até a “radicalidade revolucionária” – mas sempre se demonstrarão no fim “conservadores”. E estar posicionado no partido A ou B, ou defender nas eleições candidatos a estes relacionados, por exemplo, faz toda diferença, para compreendermos e distinguirmos discursos e posturas, interesses e projetos, posicionamentos e práticas políticas, assim como para a criação de possibilidades e condições de mudanças positivas e efetivas. Mas, é evidente que não se trata mais da distinção essencialista entre “partidos de esquerda” e “partidos de direita”, porém de práticas e posturas político-ideológicas que valorizem o diálogo e permitam a crítica, bem como possam gerar novas experiências políticas de participação nas decisões pertinentes ao governo do Município.

2. *A política como movimento social*

Nosso desafio é pensar e viver a política para além desse universo, partidariamente restrito, da política eleitoral e sem descuidarmos dele necessariamente. E esse “nós” envolve uma multiplicidade de sujeitos, protagonistas sociais, politicamente atuantes. Por isso, antes de se obedecer e adequar ao jogo político-eleitoral, dentro do qual é difícil encontrar alternativas democráticas de mudanças, é preciso constituir novas práticas políticas. Estas precisam ser inventadas, aprendidas e exercitadas, experimentadas. Por isso, creio que isso passa, na concepção da política como um *movimento social*, por uma dupla tarefa: *a organização política e as lutas sociais*.

É pelas e nas lutas sociais e organizações políticas (não só partidos) que ocorre, que pode se dá, uma *pedagogia política* fecunda e eficaz. Aquela base de unidade e formação política, que representavam durante um tempo os partidos, as CEB's ou Associações, tem que ser reconstruída e reinventada nas lutas



emancipatórias dos diferentes grupos sociais do município: juventude, mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, servidores públicos, estudantes, pescadores, desempregados etc. Também é preciso criar fóruns e espaços de debates públicos e de comunicação social, e ocupar, se apropriar dos existentes. Ocupar e se apropriar de instâncias e instituições decisórias, mas antes criar meios e estratégias de aprendizado político, de exercício da cidadania em todos os espaços de lutas, tensões e enfrentamentos e sociabilidades: escolas, comunidades, igrejas, locais de trabalho e lazer, partidos e associações, meios de comunicação e informação etc.

É preciso experimentar, ensaiar, inventar novas formas de fazer política, que levem em conta a busca de soluções para os problemas sociais, a construção coletiva de um Projeto Político de transformação social, com vista ao aumento da justiça social (diminuição e eliminação das desigualdades) e melhoria efetiva da qualidade de vida das pessoas mais pobres e marginalizadas. Hoje se fala em “prioridades”: a prioridade é a saúde ou a segurança ou a educação. Nada mais falso e enganoso que o discurso das prioridades, pois elas dão a ilusão da praticidade, do que “se pode fazer com o que se tem”, baseia-se num discurso “realista” prejudicial à organização e pedagogia política. É um discurso “realista”, porém vazio e inconsistente, diante de uma realidade social na qual os problemas se conectam, se somam e se sobrepõem de forma cada vez mais complexa. A política das “prioridades” deve estar subordinada à construção dos meios e das condições de mudanças sociais mais amplas e profundas, mais duradouras, efetivas e eficazes. Essa “política das prioridades” é uma prática política imediatista, das urgências descoladas das importâncias, do isolamento de problemas e questões inseparáveis, que toma os meios pelos fins; uma política sem sentido e sem eficácia à longo prazo.

Defendo que a participação nas lutas sociais envolve, em certo sentido, pelo menos duas dimensões: a da *pedagogia política* (consciência de direitos, por exemplo, aprendizado do desaprender, como dizem os indígenas da Bolívia) e da *prática solidária e democrática* – exercício de cidadania, espaços em que se



experimente diretamente a democracia, no cotidiano de lutas sociais que estão ocorrendo no solo do município e que o conectem a outros lugares do mundo, a outros sujeitos sociais em lutas no mundo contra a dominação, a exploração, a discriminação, a subalternização, a sujeição, a expropriação etc. Por exemplo, em uma “comunidade” podemos experimentar um tipo de relação que não é a de governantes e governados, dirigente e dirigidos, como se estabelece no campo mais amplo da política institucionalizada do município, onde as instâncias e os mecanismos de decisão são controlados por uns poucos. Há espaços em que todos podem participar e aprender a participar diretamente das decisões relevantes – e com um nível maior de igualdade e respeito efetivo às diferenças.



ELEIÇÕES: COMPETÊNCIA E COMPETIÇÃO

As eleições são momentos expressivos do que tem se denominado a “crise política” de nossas “sociedades democráticas” – a “democracia liberal” ou “representativa”, a democracia permitida pelo capitalismo moderno-colonial. Todos sabemos que a política não pode ser reduzida às disputas eleitorais; que as lutas pela transformação e pela emancipação social não podem ser restringidas a esse espaço e meio de disputas políticas limitado e estruturado com certa rigidez. Mas essa crítica por alto às eleições, ou aos processos eleitorais, exige também algum “refinamento”, maiores desdobramentos argumentativos; bem como, reconhecer as possibilidades de transgressão, resistência e construção de alternativas às alternativas *dentro e a partir* do campo instituído da política – cuja reprodução se expressa nas eleições.

1. A Crítica

As eleições ocorrem tendo como suporte um conjunto de regras, condutas e procedimentos legitimados ou não, bem como de práticas e estratégias, que constituem uma “cultura política” em nossa sociedade. Para efeito de definição compreendo, então, *cultura política* como a construção social particular em cada sociedade do que conta como “político”, o que significa dizer que a cultura política é o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas (da mesma maneira que outros domínios são vistos como propriamente “econômicos”, “culturais” e “sociais”)². Portanto, as eleições estão relacionadas a esse campo particular da cultura política, definindo também uma cultura política eleitoral, todas as práticas e instituições que envolvem as eleições.

² AVAREZ, S. E. et al. (2000).



A cultura política eleitoral joga com as mesmas “regras” que comandam as forças do mercado capitalista. Isso mostra não apenas a vinculação estreita entre a política eleitoral (o poder político) e as forças do mercado ou do dinheiro (o poder econômico), com uma interpenetração de ambos; como também, a natureza do processo eleitoral, ou seja, a eleição obedece a mesma lógica que comanda as relações econômicas capitalistas (relações capitalistas de produção/reprodução, num sentido amplo). Vamos tentar explicitar essa racionalidade (lógica) que comanda e estrutura as eleições a partir de duas dimensões indissociáveis: da competência e da competição.

As eleições pressupõem, em primeiro lugar, uma “dramatização ou espetacularização da política”. E, como em todo espetáculo, a maioria das pessoas é colocada no papel de espectadores, que tem um papel: intervir na ação dramática “mudando” os atores nos momentos das eleições. Essa “intervenção” traz consigo a ilusão legitimadora de ser livre. Ou seja, aparece a todos os espectadores que estes escolhem livremente – sem pressões e limites – os atores que devem comandar por um tempo o enredo e composição do Governo.

É assim que no palco montado pelas eleições ganham a frente da cena as imagens dos personagens como competidores. E o que marca essa competição é o jogo das competências. É claro que sabemos que para uma dramatização dessas possa se realizar existem uma série de relações antecedentes e de pessoas que estão por trás do palco, por trás da cena eleitoral, nos bastidores preparando o espetáculo. Nas eleições cada um concorre para se mostrar o mais apto para ocupar os cargos de comando do Governo – os cargos que definem a distribuição dos demais cargos e encargos públicos. As eleições, quando não são pré-fabricadas por escolhas impostas ou ilusórias – o que caracteriza, geralmente, o regime democrático –, também nos dão a impressão de livre decisão, de capacidade de intervenção nos negócios públicos, superior aquilo que elas realmente permitem³.

³ BALANDIER, 1997.



O eleitor, então, mais crítico, menos dogmático, fica na condição de ter de julgar entre as competências apresentadas pelos candidatos para fazer sua escolha. E a política passa a ser considerada como uma competição, que tem efeitos psicológicos importantes, como de uma “partida de futebol”. Não é uma analogia gratuita. As eleições, como um jogo entre times rivais e adversários, têm uma tradução e efeito na prática, no modo como as pessoas encaram o processo eleitoral, as disputas eleitorais e o próprio governo. Como estas, apaixonadamente, tomam partido por um candidato ou outro.

As competências, hoje, são fabricadas como imagens a serem positivamente consumidas ou aceitas pelo eleitorado. Daí a grande importância da propaganda e da mídia no processo eleitoral. Mais que possuir as competências necessárias é preciso apresentá-las de forma eficiente, eficaz, convincente e estratégica. Assim, entram no jogo das competências: a retórica técnica e racionalista, cujo fundamento é a estatística. Tanto em termos da manipulação da opinião pelas pesquisas de intenção de voto, que hoje se tornam um poderoso instrumento de fabricação midiática de candidato, quanto em termos do discurso, os números ganham uma grande relevância nas disputas eleitorais. O discurso político competente é o discurso estatístico e tecnicamente orientado.

A competição nas eleições toma o lugar, ou simula e dissimula os antagonismo e conflitos sociais. As eleições, além do efeito de *suspense* que produzem são os momentos das demonstrações festivas, das campanhas regidas por *gerentes* de comunicação dos confrontos ritualizadas. As pesquisas de opinião repetidas ampliam a competição e fazem da incerteza um ganho dramático⁴. As eleições tornam-se o grande circo da política dita democrática.

2. As Alternativas

É possível, através do processo eleitoral, construir alternativas ao jogo das forças que elas mobilizam para manutenção da ordem instituída? Em outros

⁴ BALANDIER, 1997.

termos, dentro desses limites e riscos que envolvem a inserção e “aceitação” das normas e lógica dominantes da política eleitoral podemos criar possibilidades efetivas de mudanças sociais, de rupturas, de emancipação? Penso que é preciso fazer a crítica e reconhecer os limites e perigos dos jogos eleitorais, mas é preciso não desprezar o campo eleitoral como espaço de lutas, de disputas maiores, de construção das mudanças sociais. Mas, é preciso aceitar as regras do jogo - ainda que parcialmente - para subvertê-lo ou contestá-lo, e se reapropriar estrategicamente dos instrumentos que dispõem.

As eleições não podem ser tidas como momento e campo privilegiado, único e primeiro da ação política transformadora e emancipatória. Mas, como um meio importante, enquanto permitir determinadas ações ou práticas. Não querendo ser repetitivo, mas só para reafirmar e especificar o que entendo por isso, creio que dentro e a partir das eleições ou do processo eleitoral, os limites e as pressões são imensos, e tendem a suprimir qualquer projeto de mudança substancial e estrutural da “ordem estabelecida”. Porém, é preciso reconhecer que há sempre a possibilidade de criar algumas brechas, algumas fissuras, alguns pontos de contestação e subversão, que nos permitem contornar certos limites e evitar cair em alguns riscos e vícios conhecidos. Daí se pode propor uma apropriação ativa, contestadora e subversiva do processo eleitoral, redefinindo-o a partir de práticas de pedagogia política e de ganho e acúmulo de capital simbólico político.

a) *Pedagogia Política*

O momento das eleições pode ser o momento de encaminharmos um processo de pedagogia política, ou seja, de abertura de um debate público, de um diálogo mais amplo da sociedade e com a sociedade, a partir da explicitação não só de problemas e suas causas, e as formas e meios de solucioná-los, mas de explicitação dos conflitos e das contradições da ordem social, e dos seus fundamentos. Pode tornar-se um momento para por em evidência, contestar e



subverte positivamente essa ordem tida como natural e irreversível. Não estou falando em termos de uma “conscientização política”, como se pensava e dizia em certos âmbitos da “esquerda”, mas em termos de pedagogia política no sentido de Paulo Freire, em que através do diálogo ninguém ensina ninguém, todo mundo aprende com todo mundo. Ninguém possui a verdade que vai libertar os oprimidos ou os dominados das ilusões, ideologias dominantes, mas podemos promover um debate que ponha a descoberto, explicita as mais recônditas entranhas dos jogos de dominação que mantém a desigualdade e a subalternização de pessoas e grupos sociais.

Penso que as eleições podem servir para esse fim, podem ser usadas como momentos de uma prática política de educação pública. Uma vez que as determinações da campanha estariam invertidas, suas orientações redefinidas não pela construção de um discurso convincente ou de uma imagem competitiva, mas em função de um diálogo amplo e polêmico, crítico e aberto. Um diálogo da sociedade com a sociedade, em torno dos seus sentidos e dos seus fins. Um diálogo que permita o questionamento, a manifestação das diferenças, das vozes e não das imagens dos Outros; um diálogo orientado para mudança da cultura política eleitoral. Um diálogo não constituído a partir de certezas, mas de perspectivas diversas; não a partir de projetos já dados, mas como parte de um processo de construção de outros projetos.

b) *Capital simbólico político*⁵

Em decorrência dessa subversão pacífica e progressiva das práticas políticas eleitorais, definem-se as metas de “representatividade de projetos” e de “autoridade compartilhada”⁶, ou como digo, de Governo Compartilhado. O que significa isso? Que ninguém representa ninguém! Que na prática nenhum candidato eleito é dono de seu mandato, ou subordinado a um partido e suas

⁵ BOUDIEU, 2000.

⁶ SOUSA SANTOS, 2002.



regras ou interesses. Claro que a vinculação partidária se torna, nesse sentido, necessária, bem como a redefinição, a reorganização e reorientação das formas de atuação partidária.

Através das eleições, compreendendo essa redefinição radical das práticas, é possível conseguir alguns “ganhos” importantes para as transformações sociais que necessitamos. Esses ganhos não são computados pela conquista de cargos disputados (pelo número de votos), mas principalmente pela conquista de posições estratégicas para desconstrução da hegemonia. Então, mesmo um cargo de vereador, por exemplo, tornar-se uma posição estratégica de luta contra a hegemonia e pela emancipação. Dito de outra maneira, é uma posição de e para a construção de projetos políticos alternativos, a partir de intervenções apoiadas em demandas e anseios populares na administração da coisa pública – ainda que não deva se restringir a sua função pré-estabelecida, pelo contrário, sempre ultrapassá-la ou contornar seu limites, a favor de uma atuação pública eficaz e comprometida com Projetos de transformação e emancipação.

Portanto, essa é minha análise das possibilidades de apropriação das eleições como momento, instrumento e meio de pôr em marcha, de dá impulso a um projeto mais amplo de mudanças na ordem social instituída, não de forma que obedeça às regras do jogo tal qual se dá hoje e nem tomando as eleições e instituições públicas constituídas como meio e fim privilegiado. Mas, em si, as eleições apenas absorvem as forças de contestações. É preciso sempre manter um vínculo popular extraeleitoral com as lutas sociais e as organizações sociais populares. As eleições podem ser um momento privilegiado para as classes subalternas aumentarem seu capital simbólico diante das classes dominantes.



GOVERNO DO MUNICÍPIO

Compreender as mudanças sociais a partir e dentro da lógica eleitoral vigente é reduzir a política e as possibilidades de alternativas à construção de uma nova ordem *societal* e de uma nova forma de Governo na sociedade. Devo explicar, desse modo, essa concepção ampliada de Governo, que chamo de Governo da Sociedade, ligeiramente inspirado em Foucault⁷, e também as possibilidades de construção de alternativas ao jogo político estritamente eleitoral - partidário e de lógica de mercado, sem desconsiderar o próprio potencial da política eleitoral, a partir de sua reapropriação e redefinição efetiva.

Equivoca-se aqueles que pensam que o Governo de um Município se reduz ao jogo interno das forças políticas locais, ou seja, os que o reduzem à escala do Município unicamente. Isso é evidente, em primeiro lugar, pela orientação nacional dos partidos. Há uma lógica partidária e, em segundo lugar, uma lógica de mercado que funciona ou atravessa todas as escalas do Governo da Sociedade e a Administração Estatal, ainda que em termos locais as particularidades tenham peso e façam a diferença. Mesmo assim, a tendência de se construir hegemonia pelos partidos e suas alianças em várias escalas do governo e das relações de mercado se mantêm. Antes da Governabilidade - condições para que o governo não se confronte diretamente com as “normas” e “interesses” do Mercado - importa aos partidos e ao mercado garantir o Modelo de Governo.

No plano Municipal é fácil confundir a Administração Pública com o Governo do Município. Portanto, faz-se necessário uma distinção. Ainda que o Governo tenha como materialização institucional a Administração Pública, não se restringe a mesma, visto que, evidentemente, depende do jogo das forças políticas

⁷ Foucault (2001) em um texto sobre a *Governamentalidade* (p. 277-29) refere-se a governo de si mesmo e governo das condutas, em que estão implicadas as questões de como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível; questões que constituem a arte ou a ciência de governar. Viveríamos nos tempos atuais sob o domínio da “sociedade de governo”, desde o aparecimento do fenômeno da população ou das massas.



e sociais que não incluem ou não se dão dentro da esfera pública da administração. Por exemplo, a pressão de determinados grupos politicamente organizados, a interferência de interesses particulares em ações públicas etc. Isso não significa que estamos numa situação de “governo partilhado socialmente”, pelo contrário, estamos, sim, numa situação de “governo da sociedade desigualmente estruturado”, ampliados para além da esfera da Administração Municipal propriamente dita. O governo da sociedade é a soma de todas as forças sociais e políticas na manutenção e reprodução de um Modelo de Governo altamente excludente, estruturalmente relacionado a uma Ordem Societal produtora e reprodutora das desigualdades e exclusões.

Por que o Governo parece cada vez mais incapaz de resolver os problemas das desigualdades sociais? Porque é da natureza e da função do Modelo de Governo vigente apenas administrar essas desigualdades e os conflitos inerentes a elas. O que fazem os governos municipais? Administram conflitos e problemas, sem jamais apresentarem soluções definitivas ou significativas. Na escala dos interesses que estão envolvidos no Governo alguns problemas básicos (saúde, educação, saneamento) se tornam secundários, na sucessão de administradores eleitos. São problemas administrados. Não estou anulando suas particularidades, mas eles servem muito mais para justificar o que não foi realizado, ou “não pode” ser realizado, do que para nos dizer o que pode ser realizado e em que tempo hábil.

O que estou tentando dizer é que no Governo da sociedade, dentro do atual Modelo, quem perde é a sociedade, pois não participa ativamente e de igual maneira nas tomadas de decisões relevantes. Está “incluída” como eleitores ou usuários, não como cidadãos de fato. Portanto, é uma inclusão precária, desigual e excludente (restrita e regulada), já que pela Eleição prevalece a ilusão de que escolhemos nossos Governantes, quando vimos que quem Governa é mais do que aqueles eleitos pelo “voto livre”, já que o próprio voto é prisioneiro e nos aprisiona a um Modelo de Governo que permanece inalterado em sua natureza e função



excludente dos “governados”. Daí a necessidade de partir para uma outra concepção e Modelo de Governo, na qual possamos nos ver como Governantes, em vista de reduzir e eliminar a distância e a distinção hierárquica entre governantes e governados. Quando o eleitor/usuário se ver e age como governante do seu Município, então, o Governo da sociedade deixará de ser privilégio dos poucos “aptos” para tal, mas um Governo partilhado na igualdade de direitos e na diferença dos sujeitos, no respeito e no reconhecimento, de fato, das diferenças sociais e culturais. Por isso, é preciso criar as alternativas e potencializar as oportunidades dessa transformação no regime de Governo da Sociedade, superando esse modelo mercadológico eleitoral que impera.

Quando digo isso não pense que estou me reportando à “revolução socialista” ou coisa do gênero, nem que estou excluindo ou condenando as chamadas “relações de mercado”, só estou tentando dizer que: no Governo da sociedade não podem imperar as mesmas regras e a mesma lógica que impera nas relações de Mercado, como acontece hoje. Pois, dentro dessa lógica as desigualdades são reproduzidas e legitimadas, e as diferenças são traduzidas em mais desigualdade – de hierarquia, por exemplo. A lógica do mercado é dominada pela tríade: produtividade, competitividade e lucratividade. Ora, se o governo se pautar nesse princípio o que acontece com a sociedade? As chances das pessoas que hoje vivem em condições precárias de vida saírem dessas condições para uma melhor são cada vez menores, cada vez mais reduzidas, pois elas não são produtivas, não são competitivas e em nada contribuem para essa “reprodução do capital” pelo lucro. Antes se fazia essa distinção entre Mercado de um lado e de outro o Estado. O que acontece é que no Governo da sociedade Mercado e Estado se encontram e se conjugam em prejuízo da sociedade como um todo. A lógica perversa do mercado contamina o Governo, domina o Governo – não há governo do mercado, mas governo da sociedade pelo mercado, governo do governo pelo mercado.



Onde e como encontrar alternativas num contexto municipal a essa lógica perversa? A resposta para essa pergunta não é fácil, porque a lógica eleitoral é absorvente. As pessoas pensam através dela somente, ou com ela, quando deviam pensar também contra ela e para além dela na busca de criar essas alternativas. Nesse sentido vejo dois caminhos fecundos para possibilitar a emergência e a frutificação de alternativas ao atual Modelo de Governo da Sociedade, sua superação positiva em direção a múltiplos Regimes de Governo Compartilhado. O primeiro caminho é da *Pedagogia Política* e o segundo da *Organização Política das lutas sociais*. Ambos, de fato, constituem linhas de força inseparáveis: não há como realizar uma “politização social” sem “organização política” da sociedade em suas “lutas sociais por redistribuição e por reconhecimento”, pois na própria luta se realiza uma pedagogia política indispensável à mesma (lutas em que se constituem enquanto “sujeitos de direitos”). Quero enfatizar apenas dois aspectos práticos desse processo mais geral: o da Comunicação Popular e o da Governança Social.

Como sabemos, as formas e os meios de comunicação importam e muito para o Governo da sociedade, portanto, é preciso democratizar esses meios e criar novas formas de comunicação social, na qual os cidadãos não sejam apenas meros consumidores de informações produzidas por “outros”, mas que sejam produtores de informações e articulações comunicacionais. Daí, uma luta pela regularização e desenvolvimento de Rádios Comunitárias, verdadeiramente comunitárias no Município, entre outras formas de democratização e acesso aos meios sociais e tecnológicos de informação. A Comunicação é o fundamento da mudança na Democracia, por que através dela se formam as “mentalidades”, quando as “comunidades” se apropriam desse veículo, então, abrem-se possibilidades ainda não vistas de “participação” efetiva no Governo da Sociedade, com “autoridade partilhada”.

Não pensem que sou “idealista” a ponto de achar que essas mudanças são automáticas, estou falando apenas em democratização do processo de comunicação na esfera municipal, e vejo isso como fundamental ao processo de



mudança do Governo, pois não há governo sem comunicação; o problema é que a comunicação é privilégio ou monopólio de uns poucos, o que transforma os demais em “consumidores” de seus produtos. Aquela separação entre governo e governados se traduz na prática entre produtores e receptores na esfera da comunicação e entre produtores e consumidores na esfera da produção. Portanto, a mudança passa por essas três dimensões: do governo, da produção e da comunicação. E estou dando ênfase à comunicação porque ela é um processo vital na politização da sociedade, ultrapassando assim sua condição passiva de meros governados (eleitores/usuários), receptores e consumidores.

Em todos os âmbitos de nossas vidas partilhamos processos decisórios, conscientes ou não, ou seja, estamos envolvidos na governança da vida, do nosso “mundo de vida”, sem precisarmos ser administradores. Por isso, é preciso criar uma Escola de Governança Social, no sentido de desenvolver em grupos sociais, aliados dos processos decisórios mais amplos do município, a possibilidade de se capacitar (técnica, discursiva e politicamente) para o exercício do governo em várias escalas, desde um grupo específico, de uma função específica até a Sociedade como um todo. A Escola entre nós não realiza essa tarefa, os movimentos sociais organizados e os partidos a veem abandonando e suprimindo de algum modo, até serem também, os “tradicionais”, engolfados pela lógica eleitoral. Não se trata de dar Cursos para as pessoas exercerem funções dentro do Governo – em geral subalternas, como secretariado, assistentes etc. Mas de exercerem o Governo, sejam dentro da administração, sejam em outros espaços decisórios da sociedade. A Escola de Governança Social forma uma mentalidade de governantes entre aqueles que vivem e pensam como governados.

Desse modo, podemos pensar na continuidade de projetos mais amplos de emancipação e transformação social, quando nossos vereadores, prefeitos e secretários, as pessoas que exercerem no futuro essas tarefas, tiverem passado por essa Escola da Governança Social, pois já não poderão ver aos outros, seus concidadãos, como seus Governados, ou, numa analogia nada gratuita, como na



relação patrão-empregado, como alguns o fazem, mas como Governantes também, ou seja, ativos e efetivos participantes nas decisões relevantes quanto ao sentido e ao destino de vivermos em sociedade. Numa escola de governança se aprende e se ensina, se aprende ensinando e se ensina aprendendo, aquela Pedagogia da Autonomia e da Esperança que pensou e praticou Paulo Freire.

Para mim, duas coisas fundamentais estão envolvidas nesse processo: a questão da “redistribuição e do reconhecimento social”. No sentido de que governar é fazer com que a riqueza socialmente produzida seja distribuída de maneira mais justa, que haja equidade na distribuição dos produtos do trabalho de todos, tantos os materiais como os não-materiais (conhecimentos, saberes, informações). Mas, governar também é garantir que as pessoas e os grupos sociais mantenham seus valores, seus hábitos, seus costumes, seus modos de vida se assim o desejarem, sem que por isso sejam objeto de exclusão ou de inferiorização e desrespeito. É preciso garantir que os diferentes sujeitos sociais tenham participação ativa no Governo da Sociedade, isso significa, eliminar de uma vez por todas “a legitimidade” daqueles que pretendem falar e agir legitimamente pelos “outros”. No Governo as diferenças não precisam de representantes, mas de Participação qualificada e em condição de igualdade. Assim, isso implica a redefinição radical dos partidos políticos e das chamadas organizações da sociedade civil.



POLÍTICA, POLÍTICOS E ELEIÇÕES

1. *Política*

Numa localidade, no cotidiano das nossas relações, a dominação, a subalternização e as hierarquias sociais assumem formas variadas, nem sempre visíveis ou passíveis de ser combatidas, direta e coletivamente, por aqueles que são dominados, subalternizados ou inferiorizados. A dimensão política das nossas relações sociais mais concretas é marcada por encontros e conflitos, resistências e cooperações, negociações e disputas. Mas, não traduzimos essas relações como sendo uma das dimensões da nossa vida política, ou seja, pública. Todos os espaços de nossa convivência pública com os outros são arenas políticas.

A política em sua forma institucionalizada – ou seja, na forma de relações mediadas por instituições do Estado – acaba definindo o que entendemos geralmente por política, e como vivenciamos a política. O espaço mais concreto e mais específico da realização da vida política a nível instituído é o lugar imediato de nossas relações, ou seja, a escala da cidade ou do município, onde a relação entre governantes e governados pode dá-se sem mediações. Essas relações podem ser predominantemente face-a-face nessa escala local. Assim, se confundem as relações políticas com relações pessoais de confiança ou fidelidade, de amizade ou de retribuições de favores.

Então, devemos considerar a política a partir: a) da natureza das nossas relações cotidianas e b) das escalas e níveis de nossas ações coletivas. Em relação ao Município, a natureza das relações políticas institucionalizadas diz respeito ao Governo de recursos e meios públicos. Nessa relação, sempre potencialmente conflitual, estão envolvidos agentes e interesses de outras escalas do Governo e da sociedade. Isso é evidente pelos grupos partidários, políticos, religiosos, econômicos e suas articulações. Mas, os interesses tendem a se dissimular, ou seja,



esses grupos tendem a apresentar seus fins, seus objetivos, como comuns a toda sociedade. A política, no entanto, tem um espaço muito mais amplo e uma espessura maior que o âmbito desse Governo da vida pública, e que sempre redefine ou transforma este. Por exemplo, se no Município um determinado grupo de comerciantes começa a afirmar seu poder econômico ou se uma organização popular consegue um nível de legitimação de suas reivindicações e lutas, isso tem logo rebatimentos nessa esfera mais restrita do Governo.

A política é uma relação muito complexa, para ser reduzida aos meios pelos quais se dá o Governo de um Município. O que, então, chamamos de política local não é mera expressão de uma política estadual, regional ou nacional. Ainda que não possa ser dissociada dessas escalas, dessas arenas políticas, tem suas especificidades, resultado de um arranjo local do poder social de grupos, classes, frações de classes, instituições e sujeitos individuais. Assim, por “fora” do governo (do município) podem se costurar relações políticas fundamentais para mudança de governo (da sociedade) ou para mudanças sociais positivas.

Política não é um negócio de políticos “profissionais” tão somente, mas política é negócio de todos, de todas as sociedades, de todos os espaços de vida e de todas as nossas relações sociais. Onde dois ou mais estiverem reunidos temos uma relação política.

2. Político

Daí deriva que existem alguns tipos de políticos: “o profissional”, que se pretende representante de interesses especificados ou não e grupos sociais partidariamente organizados; “o militante” que se incluem dentro de um grupo a partir do qual defende posições, ideias, ideais ou opiniões em relação às questões da sociedade; “o especialista”, que exercendo um papel social relevante ou valorizado, a partir de formação profissional (médico, advogado, professor etc.), se constitui um “formador de opiniões”, um agente multiplicador de ideias, críticas ou proposições práticas – ainda que de forma indireta, inconsciente e inconsistente;



“o ativista” de movimentos sociais organizados é um outro tipo de político, que contínua ou esporadicamente manifesta-se publicamente em função de demandas ou direitos sociais.

São muitos os modos pelos quais nós nos posicionamos enquanto políticos. Talvez, as funções ou situações em que nossa condição de políticos seja mais reduzida ou negada é quando consumismo e votamos. O consumidor e o eleitor são políticos castrados ou fracamente ativos. O consumo porque é uma relação formal e mediada pelo dinheiro, o ato de votar porque é igualmente obrigatório e formal e mediado por abstrações: instituições que nos são estranhas em seus funcionamentos e em sua totalidade: o Estado.

Mas tanto votar quanto consumir são atos políticos, determinados por relações que nos despolitizam de um modo geral, ou seja, desmobilizam-nos enquanto sujeitos ativos e coletivos. Nas esferas de relações de um Município o sujeito político tem e pode ter maior eficácia em sua ação, apesar de hoje em dia as redes técnicas permitirem uma ação também positiva em escalas mais amplas. Mas é na escala do lugar e da municipalidade que, enquanto sujeitos políticos, nossas estratégias e táticas apresentam maiores resultados ou efeitos. Estou ampliando o conceito de político, do mesmo modo que ampliei o conceito de política.

Desse modo, somos todos políticos, mas de formas diferentes e bastante desiguais em nosso poder de direção, de influência, de controle e de comando de determinadas decisões e situações. De qualquer modo, exercemos alguma direção, influência, controle ou comando social a partir de ações (ou inações) individuais e coletivas. Há uma assimetria de poder, que nos impõe limites e exerce certa pressão, mas não é por isso que não possam ser criadas possibilidades de políticos e grupos políticos – no sentido amplo que estou usando – mais subalternizados se fortalecerem e poderem, assim, redefinir os rumos e as práticas políticas de um lugar, de um Município. Essas possibilidades de Alternativas são criadas quando grupos políticos submetidos à pressão e domínio de outros buscam sua emancipação, buscam afirmar sua autonomia, seus direitos.

Podem, para isso, usar das Eleições como campo privilegiado, como geralmente acontece, ou das lutas sociais contestatórias, reivindicatórias ou oposicionais. Mas, essas duas arenas do político em ação, constantemente se cruzam. Por isso, uma liderança de movimentos sociais pode chegar a ser eleito para cargo ou função política no Governo, diretamente pelo voto, ou indiretamente por indicação. O que pode não alterar muita coisa no “jogo político” do Estado, mas favorecer, por um tempo, determinado grupo ou pessoas.

3. Eleição

A eleição é uma arena política limitada, mas que assume centralidade numa sociedade de democracia representativa como a nossa. Centralidade em termos de legitimação do Governo ou poder social de determinados grupos e projetos políticos. A forma principal de legitimação de autoridades governantes é a Eleição. Considero as eleições municipais extremamente significativas, momento expressivo da vida política de um município. Não estou dizendo que seja fundamental ou insubstituível, mas tem, por tudo que foi dito, um significado marcante, ainda que formal e simbólico.

As Eleições envolvem algumas práticas políticas que são reguladas por leis ou normas – por exemplo, só pode se candidatar quem está incluído em um Partido reconhecido estatutariamente, ou juridicamente, assim como só pode votar quem tem título eleitoral validado. Mas, envolvem também práticas que são condenadas ou não prescritas por Lei, mas que se tornaram a “norma” das disputas entre candidatos e partidos, como a compra de votos. Essas compõem uma espécie de “cultura política eleitoral”, que contagia o modo de agir tanto de candidatos e partidários como do eleitor comum. É difícil romper com essa cultura política que vem sendo alimentada e sedimentada ao longo de anos em nosso meio, como o clientelismo e paternalismo, servilismo e troca de favores, por exemplo.



Mas, as eleições a nível municipal permitem uma relação face-a-face, uma relação mais direta entre o candidato, o partido e o leitor, ainda que também se faça por intermédio da “propaganda” massiva e de valores, costumes e ideologias. Em pequenas cidades essa relação permite um tipo de aproximação e identificação candidato-eleitor muito forte. Nem sempre em termos ideológicos ou de projeto. Mas muitas vezes de afinidade pessoal ou familiar. No entanto, essas possibilidades de interação dão-se num plano de desigualdade e distanciamento nem sempre explícito, já que o candidato aparece como “o político” e o eleitor simplesmente como o “eleitor” ou “cidadão” em cumprimento de um dever.

Vejo nas eleições muitos limites, nesse sentido. Tanto em sua forma de realização, como na natureza do processo. Mas, estes não invalidam suas possibilidades. Um vereador ou vereadora capaz de mobilizar diferentes estratégias e recursos no mandato legislativo pode fazer muita coisa para mudar ou intervir nos rumos das mudanças sociais e políticas de um Município. Isso tem sido demonstrado em muitos casos. Não quer dizer que fará individualmente grandes mudanças, mas com uma boa “base de sustentação popular”, mesmo sem “aliados”, poderá somar e pôr em ação um capital político significativo. Isso porque para um mandato popular um vereador precisa ter mais que competência e boas ideias, como também: integridade e vínculo ético com o conjunto da sociedade local e em particular com os grupos sociais populares que são prejudicados ou não-contemplados com as políticas públicas municipais.

Uma outra possibilidade que abrem as eleições é da ativação de uma pedagogia política popular por meio de uma campanha inclusiva. As campanhas eleitorais envolvem uma dupla construção: da imagem do candidato e de propostas para solucionar problemas concretos gerais ou específicos do município, no caso. Mas, se um candidato se preocupasse menos com sua imagem e mais com seu discurso, não o subordinando a necessidade de seduzir ou convencer o eleitor apresentando qualidades pessoais ou domínio técnico-político para solucionar problemas, poderia promover um debate e um diálogo público que pudesse



formar novas posturas e práticas políticas em relação ao exercício da cidadania. Um candidato pode se sobressair por sua capacidade crítica, muito mais que prepositiva (retórica demagógica, geralmente); por dar voz a anseios e necessidades populares, do que por dá-se uma imagem popular aceitável.



POLITIZAÇÃO SOCIAL

O homem é um ser essencialmente político, para o filósofo Aristóteles. Mas, hoje, é comum ouvirmos falar em pessoas politizadas ou despolitizadas. Aceitando que o homem é um “animal político”, o que significa ser politizado ou despolitizado em nossas sociedades de “democracia de baixa intensidade”, expressão cunhada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos?

Algumas pessoas, com ânsia de “mudar o mundo”, pensavam que era preciso conscientizar as pessoas. Ou seja, fazê-las saber ou ver o que não sabiam ou não viam e desconstruir as “ilusões” em que viviam – segundo eles, estes privilegiados, que não viviam essas ou nenhuma ilusão, supunham os “iluminados” por suas “verdades”. Mas também, em relação à prática eleitoral especificamente, ser politizado era (e ainda é para alguns) ter consciência – palavra doce e mal esclarecida – do valor do voto, ou do seu significado social. (Como no conhecido poema de Bertold Brecht: “O analfabeto político”).

Há também o entendimento relativamente generalizado, mais rasteiro ou superficial, de que politizado é quem participa de tudo quanto é “movimento” político ou social, é militante de “esquerda” ou “engajado nas lutas sociais”. Sem levar em conta a “qualidade” dessa participação ou engajamento, sem se importar se a pessoa não faz um papel de mero figurante, e que apenas profere aqueles “chavões” tão usados nesse tipo de “militância por atacado”.

Somos políticos, todos indistintamente, porque a vida social é política, ou seja, envolve sempre relações entre sujeitos diferentes e desiguais, relações de poder. Essa mesma diferença e desigualdade dos “sujeitos” é uma construção social e condição da existência dessa sociedade, mas é politicamente que essa sociedade é organizada, produz e reproduz umas diferenças e desigualdades e não outras; valoriza umas diferenças em detrimentos de outras. A política é o modo de



ser social, pois toda “relação social” (trabalho, festa, comunicação, religião, lazer etc.) é “relação de poder”. Toda relação social envolve conflitos e negociações, pressupõe hierarquias e dominações, cooperação e competição. Essa é a tônica, o traço básico das relações de poder em cada sociedade e em cada época.

Ser politizado, então, resulta de imediato da consciência – nem sempre completa, total, exaustiva, transparente, racionalmente construída – dessa nossa “condição política”, da condição política da vida social. Ser politizado é reconhecer e compreender que a sociedade não é um produto natural, mais uma construção histórica e cultural, portanto, um produto político, da política; que estamos todos envolvidos em relações, teias de relações políticas e que nossas ações individuais ou coletivas são políticas – mesmo aquelas que supomos não serem, como as artísticas, religiosas, familiares etc.

Mas, como nem todas as sociedades são iguais – no tempo e no espaço, entre si –, as ações políticas, ou o agir político, em cada sociedade e contexto reveste-se, apresenta-se com algumas especificidades. Destacarei algumas características da “politização” em nossa sociedade que considero relevantes, quer dizer, o que penso definir em síntese, linhas gerais, o “ser politizado” – não como um estado ideal de consciência, de conhecimento e de ação –, mas, como prefiro: como um “processo de politização” que pode, em nossa sociedade e nesse momento histórico, representar um passo e meio para “mudança efetiva na organização social vigente”.

Se a política é uma condição social, a politização nunca pode ser exclusivamente ou primordialmente individual, mas ao contrário, sempre é um “movimento” – uma das definições de processo – social ou coletivo. Não um movimento qualquer, mas um movimento, ou deslocamento, que envolve “vontade”, previsão, paixão, um “fim” determinado. Portanto, o processo de politização envolve: a) o reconhecimento da alteridade ou da *outridade*, como preferem alguns, quer dizer, reconhecer que existem “outros”, e que estes “outros” têm direito a existir como outros. Isso é o que chamo de “pedagogia política”: o



processo de aprendizagem, convivência, coagir com o Outro. Quem é esse Outro? Pode ser qualquer um: indivíduo, grupo, “cultura” ou instituição. Esse outro é um *protagonista social* como nós, quer dizer, age politicamente com ou contra nós; em contraposição ou comunhão ao que pensamos, acreditamos, queremos etc. Então, o processo de politização perpassa pela aprendizagem e vivência na e da diferença. Somos diferentes, e não podemos usar a diferença para inferiorizar ou dominar, submeter quem quer que seja.

O processo de politização envolve, também, b) o “aprendizado” das contradições sociais como produtos históricos, ou seja, reconhecer que as desigualdades, e todas as situações que resultam delas, como as hierarquias e dominações, foram historicamente construídas, e não são produtos naturais ou sobrenaturais. Daí, a mais importante característica no processo de politização: c) o desejo e o projeto de transformação e emancipação social. Deveríamos, em verdade, grafá-las sempre no plural, pois se trata sempre de projetos de transformações e emancipações sociais.

Como, espero, ficou explícito, a politização é um processo que ao mesmo tempo compreende concepções e atitudes, um modo de pensar e de agir crítico e construtivo, uma prática social “comprometida”. Portanto, a politização é um exercício (um exercer) de nossas faculdades e capacidades, de nossas habilidades e potencialidades social e historicamente construídas, no sentido de tornar-nos construtores, o mais lúcidos possível, da “mudança positiva da sociedade” que desejamos e necessitamos. Nesse sentido, significa cada vez mais nos tornarmos protagonistas em nossas relações sociais, e não meramente reagentes ou passivos reprodutores diante ou a partir da ação de outros, das condições ou situações dadas.

Então, se a politização, ou como nós vamos referir agora: a ação política ou o agir político em nossa sociedade significa nos constituirmos em “protagonistas sociais” de fato, em que se constitui esse protagonismo? Quanto a isso, devo dizer, não há um padrão, um modelo, uma receita que qualifique essa ação. Muito se tem



dito, mas creio que é impossível definir “regras”, normas ou determinações gerais e universalmente válidas. Daí, minha opinião de que, o agir político é um agir local, ou se preferirem sempre localizado. Ser político é ser político no lugar em que estamos, em que nos pomos ou nos colocaram; em que existimos, vivemos e convivemos cotidianamente com os outros. Isso não é uma questão simplesmente de Escala da Ação, mas da Eficácia da Ação política de determinados sujeitos ou grupos, em determinados contextos.

Leonardo Boff diz que “a cabeça pensa a partir de onde estão os pés”, que “todo ponto de vista é sempre a vista de um ponto”. Pois bem, tomemos essa ideia para a ação política. O sujeito age a partir do lugar (lugar geográfico, histórico, social e cultural) em que se posiciona, sendo que toda ação política é uma ação localizada. Então, posso agora dizer que: o protagonismo político é sempre uma ação de “posicionamento estratégico de sujeito”, de sujeitos socialmente posicionados. Toda vez que ajo, minha ação não é nula, imparcial, puramente “objetiva”, ou como dizem hoje, “técnica”. Toda ação tem uma “motivação”. O *motivo* da ação é o seu motor, o que a anima, o que lhe dá vida e sentido, significado e direção. A ação política é sempre “carregada”, digamos assim, de interesses e desejos, de objetivos e aspirações, sentimentos e emoções - nem sempre conscientes, nem sempre bem definidos, nem definitivos. Por isso, se posicionar politicamente, como se diz geralmente, não é expressar uma opinião a respeito de um fato, de uma problemática, ou de uma questão em particular que diz respeito à vida pública, antes de tudo é agir a partir de onde se está. Porque todo agir revela uma posição; um *thelos*: modo de ser, condição - e um *ethos*: modo de agir, direção.

O *thelos* é de onde vem o termo “teleologia”, ou seja, diz respeito à finalidade - nós agimos com um fim ou com vista a fins; o agir é teleológico, pois envolve “argumento, conhecimento ou explicação que relaciona um fato com sua causa final”, relaciona meios a fins. Não é assim na política? Sempre não se busca meios para se atingir determinados fim? Nem sempre explicitamente, claro. Daí, o



protagonismo político ser a explicitação dessa finalidade, ou seja, “a explicitação ou publicização de que meios escolhemos para atingir que fins”.

A dimensão do *ethos*, ou seja, da ética do agir político é evidente, penso eu. Pois, temos que ser responsáveis (aceitar, reconhecer e responder) pelas consequências ou efeitos das nossas ações. Nesse sentido, é evidente que a ética não é um agir moral, em sentido estrito, mas o agir político sempre é ético, pois, envolve o “compartilhamento de decisões e de seus resultados” – esperados, desejados ou não. Como, então, podemos nos sentir responsáveis por decisões que não compartilhamos? Como podemos responder por problemas que não resultam de nossas ações efetivas? Querem agora que nos sintamos, todos sem distinção, responsáveis pelo “aquecimento global”. Pergunto: temos todos as mesmas responsabilidades nesse “problema” global? Há, por conseguinte, numa sociedade desigual como a nossa, “níveis de responsabilidade” diferentes, não podemos exigir de todos a “colaboração” individual na resolução dos problemas que as ações de uns poucos criaram, agravaram e ainda mantém em seu próprio benefício. O ônus maior tem que ser pago por aqueles que são “mais responsáveis” pelo problema que a todos podem afetar de um modo geral. Mas, para seguirmos no exemplo, estudos indicam – e nem precisaríamos deles para saber – que as populações do mundo que serão, e já são, mais afetadas, prejudicadas pelos efeitos nefastos ou catastróficos do aquecimento planetário a curto, médio ou longo prazo, serão as mais pobres, ou melhor, as empobrecidas por esse sistema de exploração da natureza e do homem que vigora no mundo: o capitalismo global, a barbárie capitalista globalizada.

Penso então, que a politização social, ou seja, que um agir político, passa pela “igual participação de todos nas decisões que são relevantes para sociedade”⁸. Mas, para que tal possibilidade de “compartilhar decisões” possa ser efetivamente igual é preciso reconhecer o direito à diferença, criar as condições (institucionais) e

⁸ Evoco aqui a noção de autonomia de Castoriadis (1982), retomada pelo geógrafo M. L. de Souza (2000) numa dimensão “socioespacial”.



os meios adequados para manifestação e existência dos diferentes e desiguais sujeitos e grupos sociais. E essa criação de condições já é em si um produto do protagonismo político.

Temos que reconhecer que para muitas pessoas e grupos sociais interessa muito que a “ordem das coisas existentes” – essa organização social vigente - se reproduza, ou então que mude, possa ser mudada, mas sem afetar essencialmente essa ordem que os beneficia particularmente, na qual têm seus privilégios garantidos, assegurados, perpetuados.

O processo de politização, então, envolve um outro aspecto importante, além do protagonismo, o antagonismo! Com quem e contra quem ou o que agimos? Dito de outra maneira, toda vez que agimos politicamente suscitamos reações contrárias ou a favor de nossas ações; toda vez que nos posicionamos politicamente, nos posicionamos em relação (na relação) a outros – também posicionados, e que defenderão a sua posição, se acharem que a ameaçamos concreta ou potencialmente, seja de que maneira for – pela força, ou pela persuasão. Quero dizer com isso, que existem “posições hegemônicas” na nossa sociedade e outras posições que não são hegemônicas, mas são subalternas e/ou hegemônicas.

A politização envolve essa distinção entre a hegemonia e a contra-hegemonia na sociedade, não só de grupos sociais específicos, mas dos Projetos que eles defendem, do sentido e do destino de viver em sociedade de que esses grupos são os construtores e portadores, bem como seus “aliados”, alinhados ou porta-vozes. Em toda sociedade existem diferentes grupos e diferentes projetos sociais em confrontos, em disputas pela hegemonia. Nossa posição revela esses grupos, esses projetos, esses conflitos e essas disputas.



A PEDAGOGIA DA POLÍTICA ELEITORAL

Nada como Eleições Municipais para pensar a política “desde baixo”, ou seja, pensar a política sendo sujeitos envolvidos diretamente na política. Eleições municipais tem o poder de despertar nossas paixões, de alterar os ânimos, de levar a impulsos, de produzir discussões violentas, tensas e explosivas. E também de mostrar condições e possibilidades, as contradições e ambiguidades daqueles que defendem ideias, ideais e projetos – ou mesmo interesses e opiniões.

Nesse cenário, da política local, dinamizado pela política eleitoral municipal, algumas coisas que também permanecem quietas, escondidas ou manifestas timidamente se revelam a olhos vistos. Vemos que as posições e oposições “partidárias” indicam posições de classe dentro da sociedade, as divisões e fragmentações sociais de grupos. Entre nós ainda pesa uma identificação política marcada pelas relações familiares, de amizade e de fidelidade pessoal baseadas em tradições (religiosa, partidária, produtiva, geográficas, etc.) e reciprocidades clientelísticas, mais que por convicção. Valores e ideias são os últimos fatores que movem as identificações, posições opções políticas eleitorais a favor ou contra um ou outro candidato/partido. Na verdade, essa identificação candidato/partido é diferente de partido para partido. O eleitorado em geral não a leva muito em conta na hora de votar. Creio que apenas aquelas pessoas vinculadas mais estreitamente aos partidos a tomam como ponto de ancoragem da escolha eleitoral.

As eleições municipais colocam a descoberto, expõem de forma nua e crua tanto os meandros e fraturas da nossa forma representativa de democracia liberal (o poder do dinheiro e da mídia, por exemplo) quanto a complexidade das disputas política pelos mecanismos de controle do Estado (a nível municipal), que não pode ser reduzida à uma simples disputa entre o “bem” e o “mal”, entre



bandidos e mocinhos. Seria muito fácil se fosse assim. Mas, de fato, existem questões ideológicas e morais implicadas nas nossas tomadas de posições políticas, além de questões culturais e de formação socioeducacional.

A relação do político com o econômico se dá tanto em razão: da necessidade de dinheiro para fazer a campanha eleitoral – e esse dinheiro vem de fontes particulares, que compreendem a eleição como um investimento, do qual mais tarde, se for vitoriosa a campanha, buscarão ressarcimentos. Mas, há também outros tipos de investimentos, por exemplo, aquelas pessoas que apoiam tal candidato em função da promessa de um emprego em cargo público – os cargos públicos tornaram-se moedas de troca de voto e de negociação dos partidos e candidatos por apoio. As coligações de partidos para disputa eleitoral se dão pela repartição de secretárias municipais e outros cargos “de confiança” que podem ser indicados pelo executivo. Além do apoio financeiro.

Os “partidos de direita” ou dos candidatos que “estão no governo” usam e abusam desse subterfúgio com antecedência às eleições para angariar apoios e votos, mas em geral, compram mesmo com dinheiro os seus apoios – quanto é que custa hoje um candidato a vereador? Quanto é preciso para um vereador ser eleito? Há quem faça esses cálculos e é preciso fazê-los. Esse dinheiro com que se compra esses apoios políticos diretos (partidos e candidatos a vereadores) e indiretos (lideranças populares) quase sempre não sai do bolso ou da conta do candidato – é dinheiro desviado cofres públicos ou é ofertado por aqueles que financiam a campanha, na certeza de recuperar esse investimento em dobro ou triplicado no futuro – comerciantes, empresários, grandes produtores, etc. (não de raro também esse dinheiro foi ilegalmente obtido e “doá-lo”, quer dizer, investir em campanhas eleitorais é uma maneira de lavar esse dinheiro sujo).

Hoje os “partidos de direita” e os ditos de “esquerda” são quase equânimes nessas práticas. Com a diferença que, se o partido dito de esquerda não tem chance estatística de ganhar (não disputa com quem aparece em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto – fajutas/forjadas ou não), dificilmente



conseguirá esse apoio financeiro. Mesmo assim jogam com a questão de “fidelidade incondicional” (que eles mascaram de fidelidade ideológica) e com os interesses particulares (promessa de favores ou privilégios) com os seus possíveis eleitores.

No entanto, apesar de traçar esse esquema de funcionamento da política eleitoral que é patente a quase todos que tem o mínimo de senso de observação, há um dado que não pode ser controlado e que torna o jogo político eleitoral muitas vezes indeterminado e imprevisível, arriscado, até o último momento da contagem dos votos. A eleição depende de pessoas que podem fingir ter uma opção ou mudar na *última hora* de posição – ainda que isso seja também difícil de dizer o quanto influência no resultado final das eleições. E não falo apenas daqueles que se mantêm indecisos, mas dos que fazem uma escolha baseada em critérios ou razões frágeis ou enganosas, ou seja, uma escolha circunstancial ou condicional. “Só voto no fulano se ele fizer isso ou aquilo”. “Eu votava no fulano, mas depois que ele disse ou fez isso...” “Não votarei mais no fulano porque sicrano me pareceu mais seguro que ele no debate ou no palanque ou me prometeu/garantiu tal coisa!” Vocês sabem que esse tipo de coisa decide também o voto.

As eleições também revelam todo um lado sórdido das pessoas capazes de caluniar, ofender moralmente, depreciar, desqualificar, etc., os outros visando anular ou diminuir sua capacidade de concorrência. E esse mecanismo é adotado por quem está envolvido diretamente na campanha (os cabos eleitorais e militantes – da linguagem militar, quase toda linguagem política é da tradição militar), como também pelo eleitor-simpatizante. O nível do debate, nas ruas, bares, escolas, mesmo na internet – as redes sociais tornaram-se espaço de disputa da campanha política eleitoral – e outros lugares públicos da nossa convivência diária se aproxima desse partidarismo vesgo, míope ou cego, e naturalmente, estéril. E não digo isso em função do nível de formação educacional/escolar das pessoas. Já tive com pessoas analfabetas debates políticos, sobre política eleitoral, mais intenso e



denso de argumentos e lucidez que com pessoas ditas esclarecidas ou com certo grau de escolarização.

O debate de ideias e projetos é francamente secundarizado e prejudicado pelo debate predominante na política eleitoral por alto (entre os candidatos e partidos) e por baixo (entre os eleitores e cidadãos comuns). Em geral, as pessoas que desejam adotar uma perspectiva crítica, pedem que se lhes apresentem as “propostas”. Mas propostas são “intenções” manifestas – em geral, de acordo com o padrão do que vai a gosto do cidadão comum – e não manifestação de concepções, convicções, ideias e projetos políticos consolidados. Propostas, atualmente, são estratégias de marketing eleitoral e não “programa de governo” (para um mandato). E, mesmo os chamados programas de governo, são elaborados por profissionais da propaganda e não por pessoas com discussão, vontade, conhecimento e experiência política acumulada. Muito menos em razão da construção de um *projeto coletivo de governo*. Esta forma de proceder era característica até pouco tempo dos partidos de direita, hoje é comum a todos os partidos.

Quando você vê um candidato ou partido defendendo propostas ousadas ou sem-pé-nem-cabeça, com certeza é porque não passou pelas mãos dos “profissionais da política eleitoral”. Dentro dos partidos já existem pessoas que se especializam nesse tipo de coisa: esses seguem o padrão das campanhas eleitorais, que definem que tipo de estratégia e de proposta, de discurso e de postura, é ou não vantajosa. A tática política tornou-se uma tática de marketing, tal como são usados pelas propagandas que nos fazem comprar determinados produtos, mesmo que nem precisemos deles ou não valham o preço pela qualidade que possuem.

Mas, eleições municipais movem outra coisa dentro de nós: a fé. Sim, nestas é que percebemos o quanto a política se parece e se alimenta da fé no sentido religioso. Não falo de convicção ideológica. Esta é a coisa mais rara que existe e se existe produz o tipo de pessoa pior que existe: o fundamentalista. A política é movida por paixão, mas que por convicção. E os bons políticos sabem



disso, por isso apelam sempre para essa paixão que incendeia o povo, que o retira da sua apatia, que o mobiliza. Mas, deveríamos poder e saber unir a paixão política a um projeto político coletivamente construído, realista, idealista e flexível de transformação social positiva. E não recorrer à paixão política por falta de projeto político. E não exaltar a paixão política por falta de argumentos políticos, de ideias políticas elaboradas e consolidadas.

Uma coisa é a ignorância, outra é a ingenuidade. A discussão política permite e aproveita a ignorância – já que esta permite o aprendizado –, mas morre ou empobrece com a ingenuidade. Muito mais quando esta se transverte de clara hipocrisia ou cinismo. Se você defende um candidato por “razões pessoais”, diz que há razões morais para defendê-lo. Se você defende um candidato por simples preferência, justifica está com falsos ideais. Esse tipo de discussão desconsidera todo o jogo da política em que se sustenta a política eleitoral. Sendo que ainda há aqueles que, vendo essas “coisas sujas” da política eleitoral querem porque querem desqualificar qualquer argumento ou posição. Para manter sua posição, como último argumento. “Qualquer um que seja eleito vai dá no mesmo”. Isso é puro cinismo, já que você optou ou deverá optar por um lado ou não optar.

O que considero injustificado é isentar-se do debate quando este o envolve diretamente. Trata-se de definir o destino do teu município pelos próximos quatro anos. E você acha que isso é insignificante? Você acha que pode ficar de fora disso? Esse tipo de alienação, a atitude antipolítica favorece apenas a má-política e os políticos que fazem da coisa pública seus negócios privados. É claro que a campanha política muitas vezes é podre, pobre e ridícula. É claro que tem muita coisa suja e escusa envolvida nessa disputa. É claro que é difícil dizer quem é “o melhor” – porque não se trata do melhor ou do mais capaz para governar. Não creio que existam regras definitivas do “bom governo”. Mas, é preciso saber estabelecer as condições e os critérios que definiram nossa escolha, ter o mínimo de clareza e explicitar porque escolhemos quem escolhemos e o que isso significa. Ou



seja, como escolhermos nos envolver com as decisões sobre os rumos que deve tomar a política local.

Tenho, felizmente, visto atitude e falas legitimamente indignadas, porém lúcidas e responsáveis. Lúcidas porque tentam analisar a situação a partir de uma ou várias perspectivas. Responsáveis porque se posicionam não dizendo simplesmente “é o menos pior”, mas sim porque afirmam a necessidade de “mudar” ou de “continuar” como sua opção. Ainda que faltem argumentos pelos menos não falta consciência do que sua escolha implica. Creio que esses momentos de eleições também são cheios de ensinamentos. As pessoas que estão diretamente envolvidas com os partidos – hoje, em particular os chamados partidos de esquerda, eu diria de “base popular” –, muitas vezes, esquecem esse sentido pedagógico da disputa política eleitoral. E se deixam levar pelos vícios, pelas práticas eleitorais que são, muitas vezes, não só ilegais como imorais: como assumindo a compra de votos e a troca de voto por favor como uma prática “normal”. E as pessoas que combatem esse tipo de prática não estão dentro do partido ou dentro deles não tem poder de decisão.

O sentido pedagógico da política eleitoral, no entanto, vai além dessa campanha contra compra/venda de voto! Podemos aprender/ensinar várias coisas sobre a importância da democracia e política em todas as dimensões e momentos da nossa vida. E entender como funciona o poder do Estado e suas instituições, a forma-partido e seus desdobramentos. Compreender porque temos uma cultura política de fraca participação e uma discussão política anêmica e improdutiva em torno de ideias e projetos. Podemos aprender a ser políticos também, a ouvir uma opinião diferente da nossa e saber criar argumentos sólidos e combativos. Podemos compreender as diferenças e desigualdades de posições e condições sociais, bem como os jogos de interesse e de vaidades que permeiam o campo da política eleitoral. Podemos aprender mais coisas do que sou capaz de identificar. Quem sabe a nos importar mais com nossa cidade e comunidade, com nosso



município e não o deixar entregue a voracidade de políticos incompetentes e inescrupulosos.



PRÁTICAS ELEITORAIS E PEDAGOGIA POLÍTICA

A política local tem um sentido instrutivo, possivelmente educativo ou pedagógico que há de ser considerado. De fato, toda política é local, porque toda política é política em um lugar, é ação localizada. Mas, qual seria o sentido pedagógico da prática política? Em termos institucionais – da Educação formal, fornecida pelo Estado – é evidente o sentido pedagógico da política: o Estado é responsável pela “formação” de um determinado “modo de ser cidadão/cidadã”. Em termos mais amplos, das práticas políticas mais cotidianas, disseminadas em todas as formas e espaços de relações sociais é muito menos palpável ou identificável o sentido pedagógico de certas práticas políticas, pois, grande parte dessas práticas nem mesmo são consideradas políticas. Toda prática e toda ação social é política, assim, toda prática e toda ação social é portadora e promotora de uma pedagogia política.

É o processo eleitoral (de escolha de governantes legais ou legitimados) que faz revelar fortemente uma pedagogia política. As práticas políticas eleitorais prevaletentes atualmente são antipedagógicas, ou, dito de outra maneira, deseducam politicamente a sociedade. As práticas políticas eleitorais instituídas legalmente e constitutivas de uma cultura política possibilitam e disseminam: a) uma concepção e relação mercantil na disputa política e b) uma conduta política servil, passiva e comodista.

As práticas eleitorais primeiro criam uma relação candidato-eleitor baseada na simpatia, confiança pessoal e nas promessas – quando não centrada no interesse pessoal ou corporativo. Ou seja, um vínculo de interesses simplesmente. Assim, o discurso dos “políticos” tem em comum: visar à conquista da simpatia ou adesão do eleitorado por meio de um discurso convincente e competente, pela criação de uma retórica sedutora, de uma imagem pessoal carismática. Portanto,



substitui a elaboração do discurso e do projeto político pelas estratégias de convencimento da propaganda. Nas eleições a pedagogia política é substituída por uma propaganda política: a venda de uma imagem pessoal.

A política eleitoral educa as pessoas para a inação ou mera reação, pois se baseia no princípio da representação; educa as pessoas para a competição como forma de fazer prevalecer interesses e não para cooperação como forma de criar e garantir direitos coletivos; educa as pessoas para ver a crítica como negativa, a iniciativa como estritamente individual, as decisões como formas de acordos entre partes divergentes e não como forma de autoridade compartilhada; educa as pessoas para abster-se, não participar das decisões relevantes.

A prática política eleitoral dominante reproduz uma pedagogia política negativa, ou simplesmente emoliente da capacidade de agir coletivamente, de organizar-se coletivamente, de fortalecer a cooperação e a solidariedade como estratégias de luta política por mudanças sociais positivas significativas e a emancipação social efetiva. Não quero dizer com isso que as eleições são desnecessárias ou ilusórias, mas efetivamente são parte de um processo de deseducação política sistemática da sociedade. Mas, de certo modo e em certos limites, as eleições podem ser usadas como instrumentos ou meios para estratégias de criação de um outro sentido político, de outras práticas e condutas políticas, de outras concepções políticas, de outros discursos e projetos políticos.

A política eleitoral engendra a possibilidade da criação de discursos e estratégias de uma outra pedagogia política; de uma pedagogia política bem diferente da que atualmente se promove pelas práticas e discursos políticos eleitorais prevalecentes. No entanto, seus limites e riscos devem ser considerados, para que aquilo que é um meio não se torne outra vez um fim, ou para que os meios não justifiquem fins. Uma outra educação política ensina-nos que a política não é uma equação entre meios e fins, mas uma prática que dá sentido à vida.



PROTAGONISMO POLÍTICO.

Vivemos numa sociedade dividida, onde certas divisões são tomadas como “naturais” ou “normais”, ou seja, legítimas, incontestáveis e insanáveis. Essas divisões sociais marcam diferentes *classificações* e posições de sujeitos no conjunto da sociedade. A sociedade é heterogênea, ou seja, é composta por diferentes individualidades que se definem umas em relação às outras e na relação com outras individualidades. Todo ser humano constitui uma individualidade. Somos diferentes, por exemplo, por nascermos homem ou mulher (contrastes dos corpos físicos), mas é socialmente que se define o “feminino” e o “masculino”, quer dizer, são através das relações sociais que se estabelecem os sentidos da masculinidade e da feminilidade; os papéis e funções que devem desempenhar, a posição que devem ocupar homem e mulher em determinada sociedade. A diferença é uma condição de nossa existência (humana), a desigualdade uma condição/produção social. A desigualdade é quando determinadas divisões se estabelecem em relações humanas de domínio e subordinação (histórica, econômica, social e cultural), divisões baseadas em privilégios de uns poucos e inferiorização de muitos.

Nascemos diferentes, a sociedade nos torna desiguais e a desigualdade nos inferioriza. O machismo e o patriarcado que ratificam a superioridade masculina sobre as mulheres nas sociedades ocidentais, são exemplos. Um outro, é a dominação de uma classe (a burguesia, que se apropriou dos meios de produção) sobre outra (os trabalhadores, destituídos desses meios: como terras, fábricas, etc.), que redundava noutra relação desigual: a dos governantes e governados. Não há oposição necessariamente entre diferença e desigualdade, mas a diferença pode ser usada para produzir e justificar desigualdades, e a desigualdade para hierarquizar e inferiorizar os diferentes.



Portanto, vivemos numa sociedade em que se sobrepõem e coexistem muitas divisões historicamente construídas. Desse modo, nossas relações se dão em função de nossas diferenças (que não são também naturais, mas culturais, históricas e sociais) e de nossas desigualdades (que apesar de historicamente criadas, podem ser naturalizadas e legitimadas por uma determinada ordem social). A política, nesse sentido, trata do “governo dos conflitos” resultantes dessas relações entre sujeitos sociais diferentes e desiguais.

A “política” consiste em domesticar a hostilidade e em tentar conter o potencial antagonismo que existe nas relações humanas, isso se dá pela busca da criação de uma unidade ou coesão social em um contexto de conflito e diversidade; unidade que está ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles”, defende a cientista política francesa Chantal Mouffe. Assim, fazer política é fazer “adversários”, mas não necessariamente “inimigos” a serem destruídos. Os adversários são aqueles (os “eles”) cujas ideias devem ser combatidas por “nós”, mas o seu direito de expressá-las e defendê-las não pode ser posto em questão. Combater suas ideias, não usar de condescendência nem de indiferença, mas reconhecer nos adversários “opositores legítimos”, tratando suas posições com tolerância respeitosa. Um adversário é um inimigo, mas um inimigo legítimo, com quem temos alguma base em comum, em virtude de termos uma adesão compartilhada de princípios ético-políticos de democracia, todavia, é preciso enfatizar que estes princípios existem sempre por meio de interpretações diferentes e conflitantes.

Do antagonismo ao protagonismo

No diz o dicionário que protagonista é a pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar num acontecimento. É o que principia – dá início – a uma ação. A ação política nesse sentido envolve confrontos e negociação de confrontos entre diferentes protagonistas. Não existe uma ação política sem adversários, pois ao nos “posicionarmos politicamente” o fazemos em condições sociais específicas, ou seja, em condições sociais onde nos definimos como integrantes de um grupo (“nós”)



que se opõe a outro grupo (“eles”). Toda posição política é uma posição social estabelecida no confronto entre sujeitos sociais diferentes e desiguais. Não há como fazer política sem fazer adversários. Quando elegemos uma posição política elegemos nossos adversários, e sem eles não é possível realizar a política.

Isso põe a seguinte questão: qual a natureza de nossos posicionamentos políticos? Como são construídos posicionamentos políticos em sociedades extremamente desiguais como a nossa, e, no entanto, tendo como pressuposto relações “democráticas”, ou os princípios políticos democráticos? Quando falo em posicionamento político, este envolve nossas inserções partidárias, nossa participação em lutas e movimentos sociais ao mesmo tempo, apesar de não se restringir ao âmbito restrito da política eleitoral. Esse posicionamento político se dá cotidianamente, decorre em situações cotidianas, e não apenas nos momentos excepcionais das disputas eleitorais. Mas, não é absolutamente consciente ou racionalmente definido. Esse posicionamento contém sempre uma margem não determinada de indefinição, de instabilidade. Não há posicionamento político sem contradição e ambiguidade.

No entanto, essas posições tendem a se manter por um certo tempo, a ter uma coerência e consistência, busca se estabilizar e se legitimar. Por isso é muito difícil, por exemplo, mudar um “ponto de vista”, uma concepção ou um preconceito em relação à forma como se deve exercer o governo em uma sociedade. O Modelo de Governo que defendemos – mais e diferente que o Modo de governar – é sempre o melhor, o mais adequado, superior a qualquer outro modelo. Mas, no entanto, estamos sempre negociando, por assim dizer, nossas posições e posicionamentos, porque estes são sempre partilhados e contestados, podendo ser redefinidos.

Assim, se a dimensão social das nossas relações é sempre antagônica ou conflitante, pois não podemos eliminar as diferenças nem as desigualdades, ainda que possam ser ordenadas, definidas e estabelecidas em outros termos, de uma outra maneira senão a hegemônica, as lutas sociais e políticas são, justamente, as

lutas pela construção de uma nova ou outras hegemonias. Temos que sair do puro antagonismo para o protagonismo, deixar de sofrer os conflitos, de sofrer e reagir unicamente às ações dos “outros” e partir para o protagonismo, sermos os sujeitos da ação política. Isso envolve, então, uma discussão maior sobre o Governo em nossa sociedade.



O GOVERNO DA SOCIEDADE

A política eleitoral é um grande negócio. Ou seja, é um campo complexo de negociações. O que é negociado na política eleitoral? As posições dos sujeitos políticos – o presente e o futuro da sociedade, muitas vezes o passado, a memória social, a história. Essa negociação pode levar a pactos, alianças ou acordos, bem como ao contrário: rivalidades, dissensões e rupturas, parciais, radicais ou definitivas entre os sujeitos políticos socialmente constituídos. Na verdade, o pacto entre uns sempre se define em ruptura ou oposição em relação a outros. Na política em geral, e muito mais na política eleitoral, esses pactos nunca são definitivos, nem podem ser, pois são “posições condicionais”. Mais tarde falaremos dessas condições (sociais, ideologias ou culturais, históricas e geográficas) dos pactos na política eleitoral.

Uma outra forma que resulta das negociações é o consenso. Se o pacto é a interrupção temporária de confrontações contínuas, o consenso existe como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do jogo e configuração do poder, e sempre acarreta alguma forma de exclusão, diz Chantal Mouffe. O consenso não é a supressão dos conflitos entre sujeitos, é apenas a exclusão de um grupo de sujeitos que apresentam uma posição política crítica, que confronta com a posição política assumida pelo grupo maior – essa posição não é comum, mas definida e legitimada pelo grupo, excluindo os contrários ou opositores internos. O consenso é a construção de uma hegemonia. Desse modo, muita ênfase no consenso e recusa de confrontação levam à apatia e ao desespero pela participação política.

A política eleitoral, portanto, envolve negociações que se estabelecem através de pactos e consensos, mas sem eliminar os confrontos, criando na verdade uma arena, um campo no qual esses confrontos ocorrem, se manifestam e tendem a



ser resolvidos, relativa e temporariamente, por meio de outros pactos e consensos. Mas, na política eleitoral, existem formas e condições específicas em que se dão esses pactos e consensos. Ou seja, são condicionados pela “organização social” e pela “cultura política”. Numa sociedade, onde é extrema a desigualdade, construída num longo processo histórico, numa sociedade altamente hierarquizada, como a nossa, esses pactos e consensos envolvem a subalternização e o silenciamento de determinados sujeitos sociais, ou seja, não são dados como sujeitos legítimos. É o que ocorrem com as mulheres, os negros, a juventude, os analfabetos, os indígenas, pobres em geral, etc.

Assim, como se estabelece um pacto entre dois grupos atuantes em partidos com filiação ideológica dita de “esquerda” ou progressista? Podemos dizer que quase da mesma maneira que se dá entre partidos conservadores ou de “direita”. Atualmente essa distinção: partido de direita e de esquerda é sem validade, não serve para classificar e qualificar os partidos políticos eleitorais, mas tem valor para grupos trans-partidários, que não se restringem a partido A ou B. Ou seja, encontramos grupos de filiação ideológica conservadora em partidos tidos como “progressistas” historicamente, e às vezes exercem hegemonia dentro desse partido – através de pactos e consensos. E encontramos grupos ou sujeitos de tendência ou posição explicitamente mais progressistas em partidos de tradição conservadora, embora dificilmente exerçam hegemonia.

Os pactos são estabelecidos entre os partidos dividindo-se cargos, benefícios ou privilégios, da Administração Pública – quando não pela simples “compra” de lideranças. Os partidos já nem discutem “programa de governo”, mas as fatias que caberá a cada partido do Governo, se conquistado nas eleições, conforme o “capital político” e econômico que cada partido possui. Mas, antes dessas negociações que levam a pactos entre partidos, existem uma infinidade de negociações intrapartidárias, podendo estas ser mais ou menos democráticas. Em partidos de tradição progressista estas tendem a ser mais democráticas, mas existem práticas autoritárias na “orientação das negociações”, entre outros tipos de



práticas não-legítimas que ocorrem em outros âmbitos ou esferas de relações. Por exemplo, a coerção, o apadrinhamento, a cooptação e o alinhamento de interesses particulares, para se estabelecer dentro do partido determinada hegemonia de grupo. Isso fica mais explícito no período em que os partidos começam a definir seus candidatos. Há partidos que vendem mesmo candidaturas. Ou seja, antes e com o Governo de um Município, de um Estado ou da União, há um “governo do partido”, e hoje, o que rege esse governo são as mesmas regras, práticas e estratégias consagradas nas Instituições de Governo da sociedade. Vivemos sobre a hegemonia das “leis e lógica do mercado”.

O governo dos partidos obedece cada vez mais às normas estabelecidas pela sociedade capitalista atual, que por sua vez estabelece as regras do jogo político no campo eleitoral de um modo geral. Como um partido pode hoje crescer e se fortalecer nas disputas eleitorais? Através de dois mecanismos ou dispositivos de poder estratégicos e interdependentes: o marketing político e o financiamento das campanhas. Ou seja, através de investimentos. Não há “doação” para campanha, o que há são “investimentos”. O mundo do negócio do mercado invadiu e contaminou definitivamente o mundo dos negócios da política. Negócios políticos e negócios econômicos são hoje interdependentes, inseparáveis, indistinguíveis. A lógica eleitoral, a qual todos os partidos políticos obedecem, cega e indistintamente, é tributária e dependente cada vez mais da racionalidade do mercado.

Dada estas e outras condições em que se dá o jogo político eleitoral, como se pode esperar que mudanças significativas possam ocorrer no modelo de Governo da sociedade estabelecido? Como esperar que as mudanças sociais necessárias e almejadas pela grande maioria da população possam ser levadas a cabo por um Governo que se estabelece a partir desses pressupostos nefastos que predominam em todas as práticas, momentos e dimensões da Política Eleitoral? Realmente, só nos resta a fatal desesperança ou a construção de alternativas que realmente sejam Alternativas às alternativas apresentadas pela atual forma de



realização da política eleitoral partidária capitalista. É preciso criar Alternativas a democracia eleitoral de mercado ampliado. É possível criar essas Alternativas? Penso que sim, penso mesmo que essas possibilidades e essas alternativas já emergem aqui e ali, silenciosas, murmurantes ou ruidosas; já se encontram em uma e outra prática constituída nas lutas sociais em estado potencial ou em gestação.

Há experiências políticas extremamente ricas de possibilidades que apontam novas direções, rumos e práticas para a criação de uma outra forma de Governo Democrático da sociedade, a partir do reconhecimento das diferenças e da superação das desigualdades estabelecidas. Há uma infinidade de emergências de Alternativas que podem implodir e transformar radicalmente a atual política eleitoral de mercado autoritário, a favor de um protagonismo maior e efetivo de grupos sociais até então subalternizados e silenciados.



A DIGNIDADE DA POLÍTICA

Governante, num novo povo, quer dizer criador.
(José Martí, *Nuestra América*, 1891)

A política é uma arte. É muito difícil hoje em dia compreender e aceitar o sentido desta frase, quando a política é entendida como um negócio (neg-ócio = a negação do ócio) ou no máximo um ofício. Mas, é preciso ir além da constatação de uma evidência, ultrapassando o estabelecido como norma para podermos responder à necessidade de reabilitação da dignidade da política como uma arte. Para tanto, desenvolverei essa reflexão a partir de dois eixos intercambiáveis: a política como uma prática crítica e como uma prática utópica.

A arte da prática crítica

Circula entre nós uma concepção política extremamente pragmática, imediatista e realista. Essa concepção postula o seguinte: a política é uma forma de pensar, planejar e executar soluções para problemas sociais bastante concretos e imediatos. Ou seja, a política é uma forma de administrar problemas e conflitos. Essa é uma visão estreita da política e, a bem dizer, uma visão que desloca seu eixo de uma prática de problematização para uma prática de gestão de problemas.

Antes que possamos “resolver” os problemas precisamos saber identificá-los e compreendê-los em sua multiplicidade, complexidade e múltiplas determinações. A política antes de propor soluções para problemas, problematiza o que aparentemente não tem problema; antes de buscar soluções para conflitos, critica-os em suas causas e sentidos que não estão explícitos. A função da crítica é construir uma elucidação dos problemas, conflitos, contradições e tensões sociais que aparecem como naturalizados ou que não aparecem, pois se encontram encobertos por camadas de ideologias hegemônicas. Sem essa capacidade crítica nossas soluções serão sempre parciais e ineficazes, pois, a estrutura, a ordem social,



as instituições que criam e permitem que esses problemas surjam e se reproduzam continuarão intactas. Assim, entraremos num círculo sem fim de buscas de soluções, sem nunca resolver os problemas que causam os problemas.

A crítica foi lançada a uma desconfiança e um desprestígio do tipo dicotômico maniqueísta: entre a crítica “boa” e a “má” crítica; entre a crítica positiva e a negativa; entre a crítica construtiva e a destrutiva. Essa desvalorização da atividade crítica trai uma intenção de inutilizar o papel fecundo do discurso que expõe e desconstrói as formas sutis pelas quais o poder opera a dominação, exploração, exclusão e a discriminação em nossa sociedade. A crítica nunca é em si positiva ou negativa, mas necessária em situações de extremas contradições e desigualdades sociais. Necessária como uma prática política estratégica que permite às pessoas desenvolverem novas perspectivas, outras formas de pensar, ver e compreender o que está dado, está instituído como a “verdade” e a “realidade”. No fundo, a crítica política faz revelar as estruturas ocultas, invisíveis e silenciosas das várias formas de dominação social: exploração de classe, servidão, paternalismo, racismo, sexismo, colonialismo, etc.

A arte da prática utópica

É preciso reabilitar a utopia do ataque virulento dos dogmas realistas, que limitam, estreitam as possibilidades de mudanças efetivas e positivas na ordem social. Isso não significa estabelecer um marco definitivo e indiscutível do sentido e destino das transformações sociais – tipo o “reino na terra” do socialismo ou do comunismo. A política é uma prática utópica, porque para além do imediato é preciso construir um futuro comum, um horizonte de futuro comum e fundamentalmente diferente e melhor que esse presente que se repete e se reproduz há muito tempo. Como prática utópica a política diz respeito ao alargamento das condições, das tendências e das possibilidades para o aumento do capital político de grupos sociais subalternos; para mudanças e transformações sociais estruturais e para a emancipação e libertação social.



Como poderia haver política sem sonho? Como poderia haver política sem a capacidade de imaginar e criar o futuro ou horizontes de futuro? Mas, parece que isso se tornou uma coisa desnecessária, algo sem sentido. Essa desvalorização da utopia vem a par com a desvalorização da crítica, pois, se já não podemos questionar profundamente a ordem social e de poder em que se processam as formas mais perversas e vis de dominação, também já não podemos imaginar mudanças essenciais nessa ordem das coisas.

A utopia responde aos anseios, aspirações, necessidades e expectativas de grupos sociais que se veem oprimidos pela luta diária pela sobrevivência em condições materiais precárias. Há algum tempo as ideologias religiosas e do consumismo vem minando esse campo das aspirações sociais com suas fantasias e ilusões entorpecentes – não quero dizer que as religiões se reduzem a esse papel, ou que intencionalmente o cumprem. Essas formas de utopias (a consumista, a teológica, mas também algumas filosóficas e científicas) têm reduzido o poder das pessoas de construir “utopias concretas” a partir de suas experiências de vida concretas.

Outra vez, recuperar e reconstruir a dignidade da política passa pela reabilitação do valor da crítica e da utopia como práticas sociais de questionamento e contestação, de resistência e subversão, de reorientação e reorganização das ações dispersas e pontuais para conquista da emancipação e da transformação efetiva das condições atuais de vida da esmagadora parcela da sociedade. A política como prática crítica de exercício da pedagogia política e a utopia como prática política de exercício de imaginação do futuro, de construção de sentidos sociais compartilhados. Hoje, nós compartilhamos apenas nossas condições de subalternos, explorados, oprimidos e excluídos. Podemos compartilhar bem mais que isso: podemos compartilhar sonhos e esperanças que possam se transformar em projetos políticos de mudanças. Mas, não no sentido de construir ou manter privilégios, mas de criar e garantir direitos.



DA POLÍTICA PRAGMÁTICA À POLÍTICA PROGRAMÁTICA

O maior trabalho dos homens foi até agora concordar sobre uma quantidade de coisas, e fazer uma lei desse acordo, não importando se fossem verdadeiras ou falsas.
(Nietzsche, A Gaia Ciência).

Enganam-se aqueles que pensam, desejam e fazem com que a política, o pensamento político, o pensamento sobre a política e a ação política sejam “práticos”, exigindo proposições de “soluções” imediatas para problemas ou necessidades “reais”. Em primeiro lugar, o caráter fundamental do pensamento político é a “crítica”. O que significa também que é “cético”, porque oferece “uma representação dramática da vida”. Gramsci falava no exercício do pessimismo da inteligência e no otimismo da vontade. Boaventura de Souza Santos prefere falar em “otimismo trágico”, Benjamin preferia tentar “organizar o pessimismo”. Pois, uma posição política é sempre uma opção por um projeto de futuro e de sociedade, sem que se possa garantir sua infalibilidade.

O pensamento político é antes de tudo crítico porque problematiza, questiona, põe em xeque o que está dado, estabelecido, tido como normal ou natural, como imutável ou irrealizável. O pensamento político abre pontos de interrogações onde se julga não haver o que questionar, escreve a marca da desconfiança no mais familiar, conhecido ou reconhecido socialmente. Não visa, ainda que o faça, propor soluções, respostas de ordem práticas a problemas já dados, mas criar problematizações onde não se ver problemas. O que fazer? como fazer? que meios usar? isso não compete ao pensamento político, pois, teríamos que acreditar que “uma pessoa”, um indivíduo ou grupo é habilitado, está numa posição privilegiada, para dá as respostas para os problemas que a sociedade cria e identifica, problemas que supostamente conhece.



Segundo, quem pode dizer e provar que esses, justamente são os problemas da sociedade? Quem pode saber que são essas as soluções? Como podemos saber quais as soluções adequadas, exatas, viáveis, infalíveis para problemas que são tidos como problemas dessa coletividade? Alguém está disposto assumir sozinho essa responsabilidade, caso essas soluções que escolheu não resolvam os problemas, mas em consequência os agravem ou criem outros? As soluções a problemas sociais em termos práticos são pertinentes à ação política técnica e pragmática – não confundir com a ação dos “políticos” ou representantes eleitos ou autointitulados -, mas enquanto uma coletividade pode assumir as consequências de suas decisões compartilhadas e autônomas. O que acontece hoje é que sofremos com o peso das consequências das ações políticas de outros, que elegemos ou não para apresentarem as soluções aos “nossos” problemas.

Não quero dizer com isso que o pensamento político não possa ter um efeito ou uso prático, para intervir, alterar, modificar, orientar as ações e as práticas no campo do agir político num sentido restrito, já que o pensamento político é uma modalidade do agir político. O pensamento e o discurso políticos são práticas sociais com efeitos e eficácia, efeitos de poder e de verdade. Mas, o pensamento político é fundamentalmente da mesma natureza que a poesia (o termo *poiesis* significa criação), o político e o poético são irmãos por natureza. Assim, como há uma “política na poética” há também uma “poética da política”. A política como prática e ação, pensamento e discurso, constitui uma habilidade, uma arte, uma ciência e uma técnica de dar início a algo, de promover um começo, de criar um algo não existente e de transformar o existente: pensar e realizar mudanças.

Portanto, falamos de “pensamento político” nessa dupla dimensão: a crítica e a criativa, ou utópica. A crítica é uma “negação” e ao mesmo tempo uma “afirmação”, por isso a qualificação de “crítica negativa”, é uma redução, ou seja, isso é qualquer coisa, menos crítica. Desqualifica, em verdade, destitui a crítica dessa sua “posição” elementar: não simplesmente de negação, mas de desconstrução. Criticar é negar um “estado de coisas”, rejeitar, não aceitar,



discordar, questionar, disputar significados e posições estratégicas. A crítica nega que aquilo que é tido como “deve ser assim” tenha que ser assim realmente. Portanto, como negação a crítica é denúncia e indignação: em relação às ilusões, misérias, injustiças, abusos, os mecanismos de dominação e exploração, escravidão, roubo etc.

Mas, por ser efetivamente a negação desse estado de coisas naturalizado, normalizado e normatizado, dessa ordem social instituída como a única, irreversível e inevitável, a crítica assume uma “posição dialógica”, que é sua dimensão propriamente afirmativa e construtiva. A crítica como negação gera a polêmica e o diálogo, o confronto e o encontro. A posição dialógica da crítica é assumida quando a denúncia não é um ataque em vista de “deslegitimar” o adversário, e nem a indignação é um discurso de ressentimento ou de apelos moralistas. Pois, ainda que a crítica seja uma arma de combate no plano das ideias, ou melhor, do discurso, para ter efeito é preciso que haja interlocutores: com quem e contra quem falamos.

Entender que nem todo pensamento político deva ser pragmático, não elimina a possibilidade de o pensamento político ser programático (construir um programa). Ser programático politicamente é construir uma crítica que encaminhe para construção de novas concepções e práticas políticas, é construir um discurso e uma prática que colaborem para a construção de um Projeto Político Coletivo de transformação e emancipação social. Isso como um horizonte maior ou radical, mas, também, um pensamento político pode apontar para táticas e estratégias, diálogos e organizações que possibilitem acúmulo de forças para a construção de Alternativas. A função mais importante de um pensamento político não se restringe às soluções que possa oferecer, mas se realiza nos deslocamentos de posições e opiniões que pode promover.



O SUJEITO POLÍTICO: CONFRONTOS E NEGOCIAÇÕES

Se me perguntassem o que define um político em nossa sociedade de *democracia eleitoral de baixa intensidade*, eu diria: todo político é aquele que negocia. Sabemos que os “negócios políticos” em nossa sociedade não se distinguem, mas se articulam lógica e praticamente aos “negócios econômicos” capitalistas. Portanto, pelo menos nesse campo da política instituída – política eleitoral – há sempre riscos e limites à negociação, pois, não se sabe até quando, o que, como e com quem negociar.

A pergunta que se impõem é: o que o político negocia? Nesse sentido, nesse texto estarei desenvolvendo a argumentação de que o sujeito político é tanto aquele que negocia com “adversários” e “aliados” como aquele que os confronta, a ambos, portanto, o que negocia são *posições*. Por isso, considero que a negociação é diferente de consenso, pois é sempre estratégica; também defendo que no campo estritamente eleitoral há uma indeterminação dos limites das negociações, ou seja, é um campo minado por restrições que condicionam e direcionam as negociações.

Negociações estratégicas

Cotidianamente estamos envolvidos numa série de disputas e confrontos que exigem certo nível de negociação. Sem estas negociações seriam impossíveis a troca, a partilha e a coesão de grupos sociais e entre grupos sociais; a convivência e a comunicação com os “outros”. Nem sempre definimos as condições e as regras que regulam essas negociações, mas em geral, tomamos parte nelas seja na família, na igreja, no trabalho, na escola, na universidade, no sindicato, no partido etc.



Mas, não imaginemos que existem as condições de negociar isso ou aquilo como algo dado, pré-estabelecido, uma ordem imutável. O que ocorre é que, em geral, negociar é resolver conflitos e mediar disputas que alteram as condições de negociação. Ou, talvez, seria melhor dizer, que todo conflito cria e altera as condições de negociações entre grupos diferentes e desiguais, e que toda negociação cria e altera seu próprio contexto. Assim é que, por exemplo, uma categoria de trabalhadores ao negociar demandas e reivindicações – com empresas, firmas ou instituições – cria e altera as condições dessa negociação pelo simples fato de reivindicar, e, ao mesmo tempo, por negociar, estabelece novas condições. Então, mesmo que suas demandas não forem integralmente respondidas ou satisfeitas a contento, quer dizer, mesmo que as negociações não lhes tenham sido favoráveis, por qualquer razão ou acaso, estes criaram ou alteraram condições de negociação.

No âmbito da política eleitoral a negociação é uma prática regulada e normatizada, por exemplo, pelas regras de coligação partidária, por convenções ou convicções, condições e situações nas relações de força e pela “cultura política eleitoral”. Mas, as negociações entre políticos partidários como sabemos não se dá apenas dentro das normas, o comum é que as ignorem convenientemente, passem por cima delas, em função de interesses e objetivos particulares ou de grupos. Mesmo assim as negociações não visam apenas solucionar um conflito, mas mediar uma disputa e alcançar um objetivo comum, como fica claro nas negociações de perspectiva eleitoral. Portanto, são os interesses e os objetivos eleitorais imediatos que dominam nas negociações da política partidária.

Temos que considerar que toda negociação é estratégica. Acontece que, o que pode parecer uma liberdade geral e irrestrita de negociar, são apenas “situações controladas e reguladas”. Para que haja negociação é preciso haver um campo comum para diálogos e confrontos entre sujeitos sociais, grupos políticos, em disputa de determinadas posições. Mas, uma coisa é quando todos disputam as batatas que só podem alimentar a um número limitado de pessoas – na famosa



ilustração de Machado de Assis -, outra coisa é quando o que está sendo disputado são recursos públicos que podem responder a estas ou aquelas demandas sociais, ou servir aqueles ou estes interesses particulares ou de grupos específicos. O que temos, então, nesse caso, é que as negociações se dão dentro de um campo limitado de opções, de alternativas e de possibilidades. Ou seja, dependem sempre do que estamos negociando, de quem está negociando e com quem. Portanto, em termos políticos, toda negociação é, antes tudo, uma negociação estratégica de posições, valores, ideias e projetos diversos, diferentes e desiguais.

No campo político, algumas dessas posições, desses valores, dessas ideias e desses projetos correspondem às reivindicações de direitos (ao reconhecimento ou acesso aos recursos sociais) e outros a reivindicações de privilégios. Assim, há um limite para as negociações, pois, não pode haver negociação entre direitos sociais e privilégios; os que defendem direitos e os que defendem privilégios podem até negociar, mas sempre com prejuízo de um e outro, e, a lógica da negociação é que nenhum lado tenha prejuízos. Portanto, existem posições, ideias, valores e projetos inegociáveis.

Negociação política

O que temos assistidos dentro do campo da política institucional (tantos ao que diz respeito à política eleitoral, quanto à administração pública e à regulação social) é que os limites da negociação têm sido borrados. Os “políticos” colocam tudo em negociação e, assim, já não sabem distinguir o que, como e com quem negociar. Isso vale tanto para “representantes” de associações, sindicatos, movimento sociais, partidos etc., como para dirigentes eleitos. Isso, porque se imagina que a negociação visa estabelecer uma espécie de “consenso racional” entre as partes envolvidas em conflitos ou disputas.

Nesse sentido, é muito comum, hoje, afirmar não haver mais diferença ou distinção entre direita e esquerda, mas que o conflito é entre excluídos e incluídos, ou entre os “de cima” e os “de baixo”. Denomino isso de “pensamento cardinal”,



porque só concebem relações em duas orientações. Substituem uma polaridade pela outra, tentando passar uma ideia de que os conflitos mudaram de natureza e não apenas de grau. A natureza dos conflitos é ainda política, quer dizer, é profundamente estrutural, inerente a esta ordem social e seu sistema de valores. O grau dos conflitos sociais é que se intensificaram – pelo aumento das disparidades sociais – e complexificaram – pela emergência de novas identidades sociais, novos processos de subjetivação e diferenciação.

A distinção entre “direita” e “esquerda” no campo da política não pode ser suprimido, ainda que seja muito mais difícil enquadrar partidos ou grupos nessas “posições” tidas como absolutas ou fixas. Veja-se, por exemplo, que no atual cenário político do Brasil parece que tudo se reduziu ao confronto entre a “oposição” e os “aliados”. Essa “oposição de direita” ao Governo utiliza as mesmas estratégias que a dita “esquerda” utilizava quando estava na oposição, e ainda piores. Mas, esquerda e direita não é uma “oposição de partidos” em disputas eleitorais ou institucionais, mas deve ser considerada como “posições de sujeitos políticos” em disputas mais amplas, que, atualmente, pode ser traduzidas em dois tipos de conflitos e de políticas: por reconhecimento dos direitos dos diferentes sujeitos sociais e por redistribuição da riqueza social e dos “recursos naturais”. Ou seja, é preciso manter a distinção entre direita e esquerda – pois ela existe de fato – ampliando nossa visão do campo das disputas e conflitos políticos atuais para as lutas de reconhecimento e redistribuição entre sujeitos sociais diferentes e desiguais.

É preciso reconhecer que há conflitos que envolvem diferenças e desigualdades e são estes que são negociados. Por isso é que a negociação não visa estabelecer um consenso ou acordo, contrato racional entre os sujeitos envolvidos nesses conflitos e disputas, pois, uns lutam para criar, manter e adquirir direitos (à moradia, saúde, transporte, educação dignas e de qualidade, públicos) e outros lutam para criar, manter ou adquirir privilégios particulares ou de grupos. Não há negociação entre os que lutam por direitos sociais e os que lutam por seus

privilégios. É essa distinção que o político eleitoral e eleitoreiro não consegue fazer e fazendo não consegue manter em suas negociações.

No campo da política eleitoral, mas não somente, as negociações acabam sempre apagando as diferenças e desigualdades de posições, de ideias e ideais, de valores e projetos. Assim, parecem sempre que as negociações se dão entre sujeitos com interesses diferentes somente. Evidentemente as negociações envolvem interesses de “sujeitos desiguais” (desigualdade de classe, de escolaridade, de informação, de localização, de poder político etc.), mas também envolvem paixões, valores, sentimentos, emoções, aspirações e desejos de “sujeitos diferentes” (diferença cultural, étnica, sexual, etária, etc.). O político eleitoral não compreende que está negociando disputas e conflitos sociais mais amplos e complexos, que deve haver um limite para o que deve ser negociado, como deve ser negociado e com quem. Existem sempre interesses e desejos, ideias e ideais, projetos e aspirações que são adversários – visam ou podem dominar, excluir, subjugar, suprimir etc. – “nossos” interesses, desejos, ideias, ideais, projetos e aspirações.

Para ser mais explícito, o que alguns grupos chamam de “seus direitos” é justamente aquilo que há muitos outros grupos inviabiliza, nega, silencia e suprime seus direitos. Nesse caso, não há possibilidade de negociação, mas as lutas devem ser intensificadas, pois, estes grupos querem manter a sua hegemonia, sua dominação, necessária para manter ou ampliar seus privilégios em detrimentos dos “nossos” direitos. Fiz questão de pôr entre aspas “nossos direitos” porque quero dizer que nenhuma forma de direito pode negar aos outros os direitos que acreditamos ser-nos devido, o direito de ter direito. Um exemplo: se acredito que tenho direito que meus filhos tenham uma educação digna, esse meu direito não pode se dar em detrimento dos direitos de outros pais de oportunizarem aos seus filhos a mesma educação digna, mas, no que podemos discordar é como se define essa “educação digna”, por exemplo, para filhos de pais de uma tribo indígena e para filhos de camponeses. Quero dizer com isso que o direito à igualdade não



pode excluir o direito a diferença também, bem como o direito à diferença não pode conduzir à desigualdade de direitos.

Hoje, portanto, essas lutas, que “atravessam” o campo da política eleitoral, têm que ser levado em conta em todas as negociações políticas. Sem isso estaremos fadados a negociar o inegociável, corremos o risco de tomar direitos por privilégios e de tornar privilégios sociais em direitos, o que com frequência vem ocorrendo. Precisamos exercitar e exercer novas formas de negociações políticas que levem em conta as diferenças e as desigualdades, sem que uma se superponha à outra, que levem em conta as lutas e os conflitos sociais pela redistribuição e pelo reconhecimento⁹.

⁹ *As ideias desse texto devem muito aos pensadores que discutem as políticas de reconhecimento e de redistribuição, no campo das ciências sociais, mas a forma como as uso é de responsabilidade minha. Para citar alguns mais conhecidos: Nancy Fraser, Chantal Mouffe, Ernesto Laclau, Boaventura de Souza Santos, Axel Honneth etc.*



REFERÊNCIAS

- AVAREZ, S. E. et alii (Orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BALANDIER, G. *O contorno: poder e modernidade*. Tradução Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996 (Coleção TRANS)
- DUSSEL, H. *20 teses de política*. São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2007.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- LEFEVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MOUFFE, C. *Por um modelo agonístico de democracia*. In: Rev. Social. Polit., 25, p. 11-23, Nov. 2005.
- SOUZA SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.



PÁGINAS
DE
POLÍTICAS

EDIR AUGUSTO DIAS